

CVLB Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	29
Balancos patrimoniais	31
Demonstrações dos resultados	33
Demonstrações dos resultados abrangentes	35
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	37
Demonstrações dos fluxos de caixa	38
Demonstrações do valor adicionado	39
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	40



Divulgação **Resultados 4T25**



Destques do trimestre



GMV Digital

R\$ **160,1**
milhões

Crescimento de 31,9% em
relação ao 4T24.



Share Digital

19,6%

Crescimento de 4,8 p.p. em
relação ao 4T24.



Serviços Financeiros

R\$ **25,1**
milhões

Crescimento de 8,6% em
relação ao 4T24.



Net Promoter Score (NPS)

75,0

Crescimento de 15,0 pontos
em relação ao 4T24.

Mensagem da administração

Resiliência e Evolução em um Cenário Desafiador

A Administração da CVLB Brasil S.A. apresenta os resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, período marcado pela continuidade da consolidação da estratégia omnichannel, evolução das operações digitais, fortalecimento dos serviços financeiros e avanço de importantes iniciativas voltadas à eficiência operacional e à s, fortalecendo a integração entre os canais e ampliando a eficiência operacional do negoxperiência dos clientes, em um cenário macroeconômico ainda desafiador para o setor varejista.

Ao longo do exercício, a Companhia manteve foco na integração entre canais físicos e digitais, na disciplina operacional e na captura de sinergias entre as marcas Casa & Vídeo e Le biscuit, reforçando seu posicionamento como uma plataforma de varejo multicanal orientada à conveniência, proximidade e variedade.

A estratégia digital apresentou evolução consistente em 2025. O GMV Digital alcançou R\$ 450,8 milhões no acumulado do ano, crescimento de 17,6% em relação ao exercício anterior, enquanto o share digital atingiu 17,1% do GMV total, avanço de 3,2 pontos percentuais frente a 2024. No quarto trimestre, o GMV digital totalizou R\$ 160,1 milhões, crescimento de 31,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, com share digital de 19,6%, evidenciando o fortalecimento do ecossistema omnichannel da Companhia e a crescente relevância dos canais digitais na jornada de compra dos clientes.

A operação omnichannel permaneceu como um importante diferencial competitivo da Companhia. A disponibilidade da modalidade de retirada expressa em 100% das lojas físicas contribuiu para ampliar a conveniência ao consumidor, aumentar o fluxo nas unidades e impulsionar a conversão das vendas digitais.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 341 lojas próprias em operação, distribuídas em 14 estados brasileiros, mantendo ampla capilaridade e presença relevante no varejo nacional. As lojas seguem desempenhando papel estratégico dentro do modelo de negócios, atuando como pontos de relacionamento, experiência de compra e suporte logístico às operações digitais.

Os serviços financeiros também apresentaram evolução relevante no período. A receita líquida da operação atingiu R\$ 85,2 milhões no acumulado do ano, crescimento de 7,4% em relação a 2024, impulsionada pela ampliação do portfólio de soluções oferecidas aos clientes e pela maior penetração dos produtos financeiros nas operações das marcas. A Companhia seguiu expandindo soluções como cartão próprio, CDC, empréstimos, antecipação de FGTS, seguros, garantia estendida e capitalização, contribuindo para o aumento da recorrência e da rentabilidade do negócio.

A experiência do cliente permaneceu no centro das decisões estratégicas da Companhia. Em 2025, o NPS do canal físico atingiu 75 pontos, crescimento de 15 pontos em relação ao ano anterior, refletindo os investimentos contínuos em atendimento, conveniência, execução operacional e melhoria da jornada de compra.

No aspecto financeiro, a receita líquida consolidada totalizou R\$ 2,1 bilhões em 2025, redução de 6,4% em relação ao exercício anterior, impactada principalmente pelo ambiente macroeconômico mais restritivo, menor consumo discricionário e aumento da pressão competitiva no setor varejista.

O lucro bruto alcançou R\$ 774,2 milhões no acumulado do ano, com margem bruta de 37,1%, redução de 1,5 ponto percentual frente a 2024. O desempenho refletiu mudanças no mix de vendas, maior intensidade promocional e aumento dos custos operacionais ao longo do período.

As despesas operacionais somaram R\$ 557,5 milhões em 2025, representando 26,7% da receita líquida. O resultado do exercício também foi impactado pelo reconhecimento de despesas não recorrentes e impairment no montante de R\$ 172,9 milhões, relacionados à revisão de ativos e à adequação da estrutura operacional da Companhia.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 95,6 milhões em 2025, com margem EBITDA Ajustada de 4,6%. Apesar da redução em relação ao exercício anterior, a Companhia manteve geração operacional positiva, demonstrando resiliência operacional diante de um cenário macroeconômico desafiador.

Mensagem da administração

Resiliência e Evolução em um Cenário Desafiador

O resultado financeiro líquido permaneceu pressionado pelo elevado nível das taxas de juros ao longo do período, totalizando despesa líquida de R\$ 414,7 milhões em 2025, aumento de 50,3% em relação ao exercício anterior. O aumento do custo financeiro impactou significativamente o resultado líquido da Companhia no exercício.

Em decorrência dos fatores mencionados, especialmente do aumento das despesas financeiras e dos efeitos não recorrentes registrados no período, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 767,7 milhões em 2025.

No gerenciamento de capital e liquidez, a Companhia manteve foco na otimização do capital de giro, no alongamento do perfil da dívida e na preservação da liquidez. O endividamento líquido encerrou o exercício em R\$ 530,8 milhões, refletindo os esforços de reestruturação financeira e equalização do fluxo de caixa ao longo do ano.

A Administração permanece comprometida com a disciplina financeira, a eficiência operacional, a evolução do ecossistema omnichannel e a geração sustentável de valor para acionistas, clientes, colaboradores e parceiros.

Para 2026, a Companhia seguirá focada na consolidação de sua estratégia multicanal, no fortalecimento das marcas, na expansão das operações digitais e dos serviços financeiros, bem como na busca contínua por ganhos de produtividade, rentabilidade e eficiência operacional.

Nossa presença, nosso propósito

Tornamos sonhos acessíveis em cada canto do Brasil



341 lojas

próprias em operação



+4,7 MM

de cupons emitidos no trimestre



520m² - 900m²

área média das lojas



75,0

NPS do canal físico



Rentabilidade

Lojas com rentabilidade sólida e foco em eficiência operacional



Omnichannel

Lojas físicas integradas ao canal digital, complementando a jornada do cliente e aumentando a conversão no e-commerce

Somos uma das maiores redes de varejo do país, com lojas multidepartamento estruturadas para oferecer soluções completas, com variedade, praticidade e preços competitivos. Colocamos o cliente no centro das nossas decisões e atuamos com foco em conveniência, proximidade e excelência na execução. Nossa missão é proporcionar uma jornada de compra eficiente e completa, construindo relações sólidas e duradouras com quem confia em nós todos os dias.

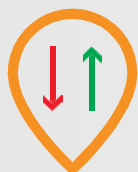
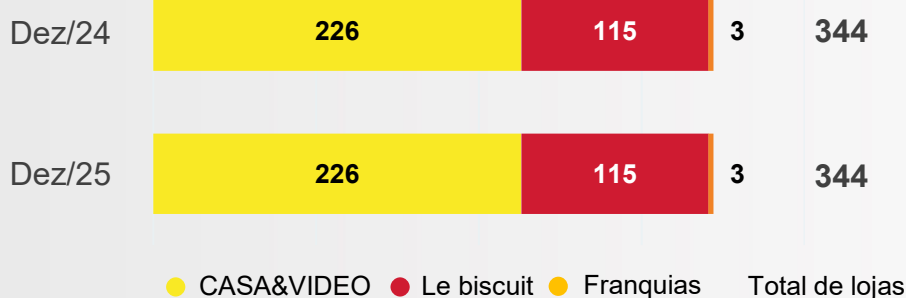
* Dados referentes ao 4T25.

Lojas Físicas

Pontos estratégicos e de inovação



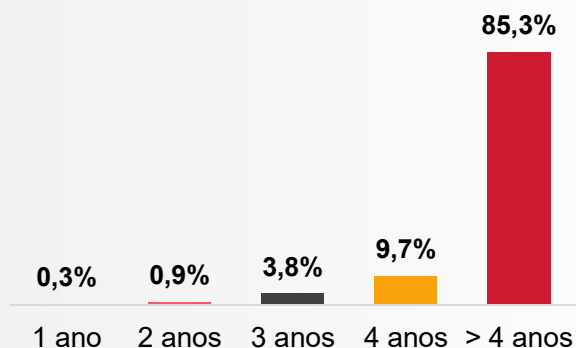
Quantidade de lojas



Variações no ano (lojas fechadas e inauguradas)

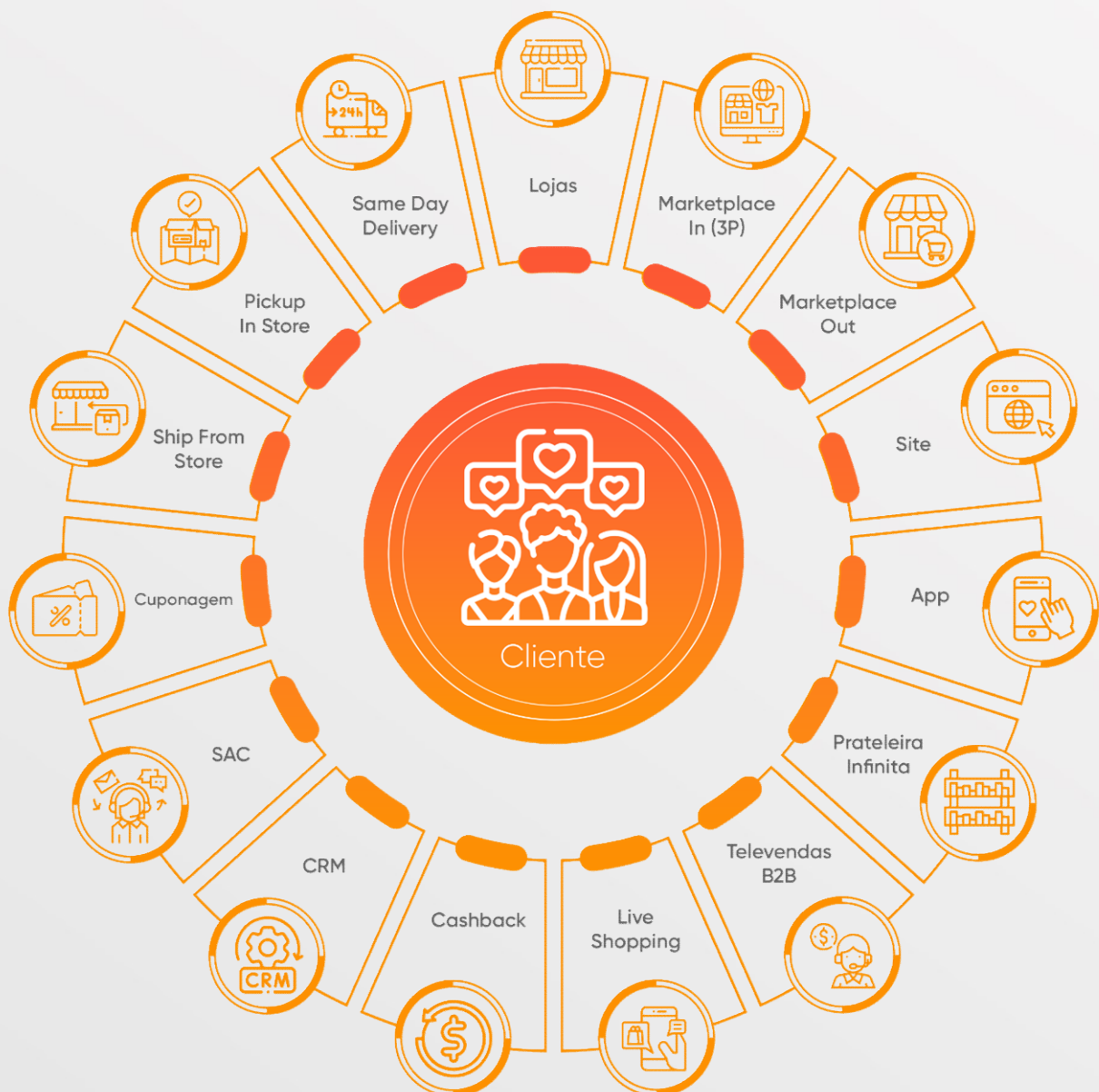


Distribuição Etária (% total de lojas próprias) Posição 31/12/25



Estratégia omnichannel

Um grande diferencial no nosso modelo de negócio é a modalidade de retirada expressa em 100% das lojas físicas da Casa & Video e da Le Biscuit, possibilitando a entrega em até 3 horas. A iniciativa fortalece a experiência de compra omnicanal, ao permitir que o cliente tenha acesso, diretamente na loja, a um sortimento ampliado — incluindo produtos disponíveis apenas no site ou em outros estoques —, o que aumenta o fluxo nas unidades e potencializa a venda de outros itens.



Estratégia omnichannel



E-COMMERCE

17,6%

Crescimento GMV Digital
12M25 x 12M24

17,1%

Share Digital 12M25

47,0%

Índice Omnichannel 12M25



CONTEÚDO DIGITAL Seguidores



1,12

milhão



3,14

milhões



27,9

mil



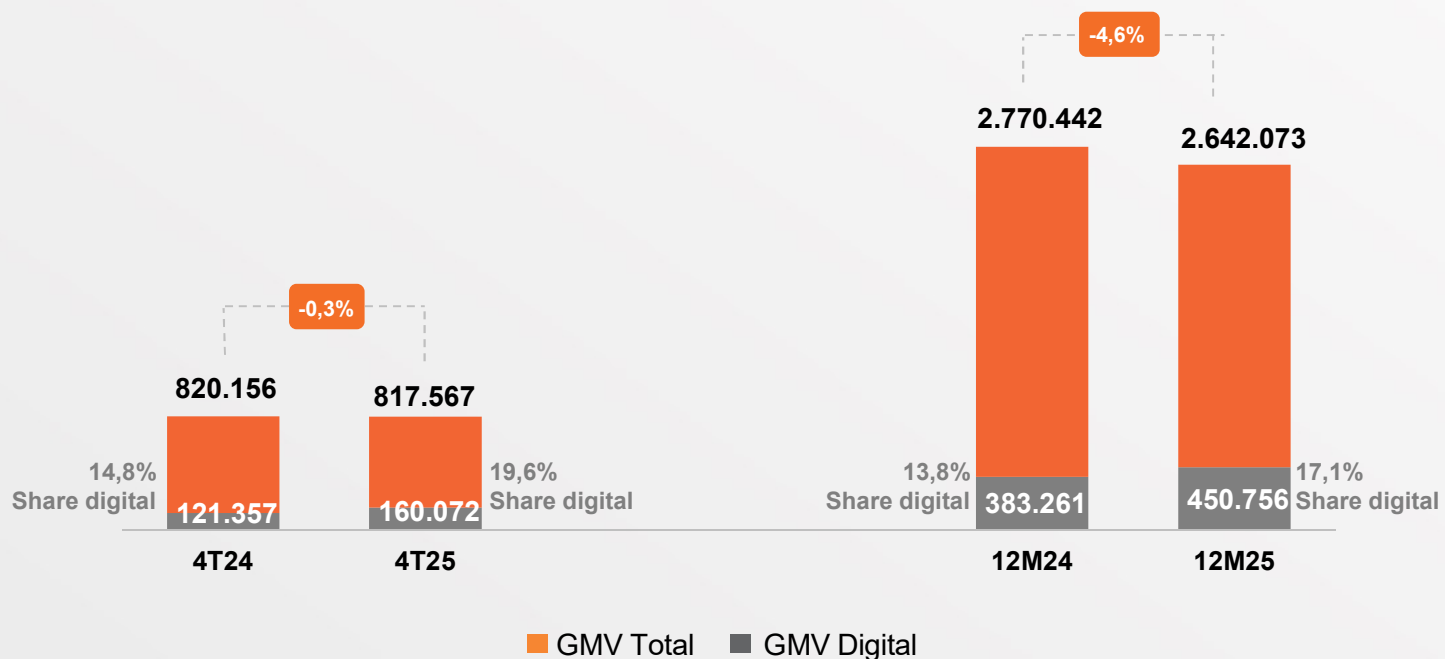
61,1

mil

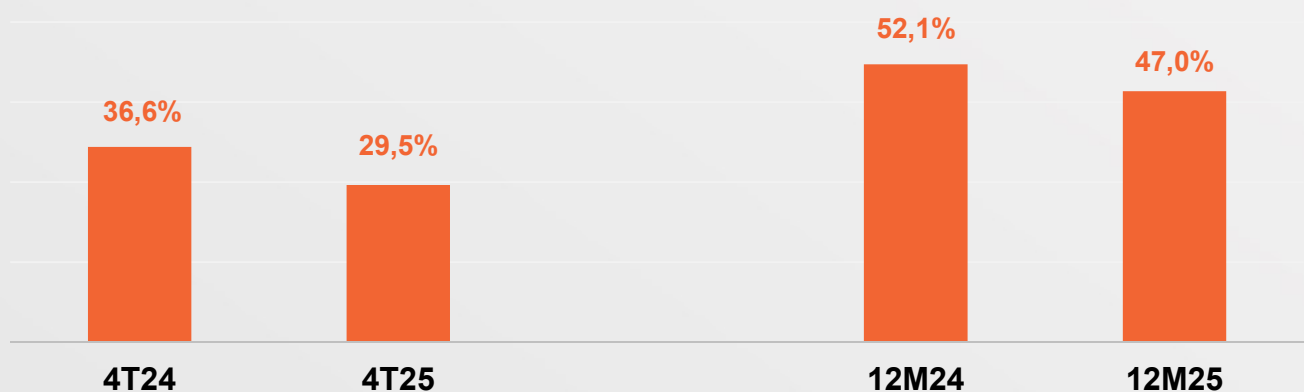
Plataforma Digital



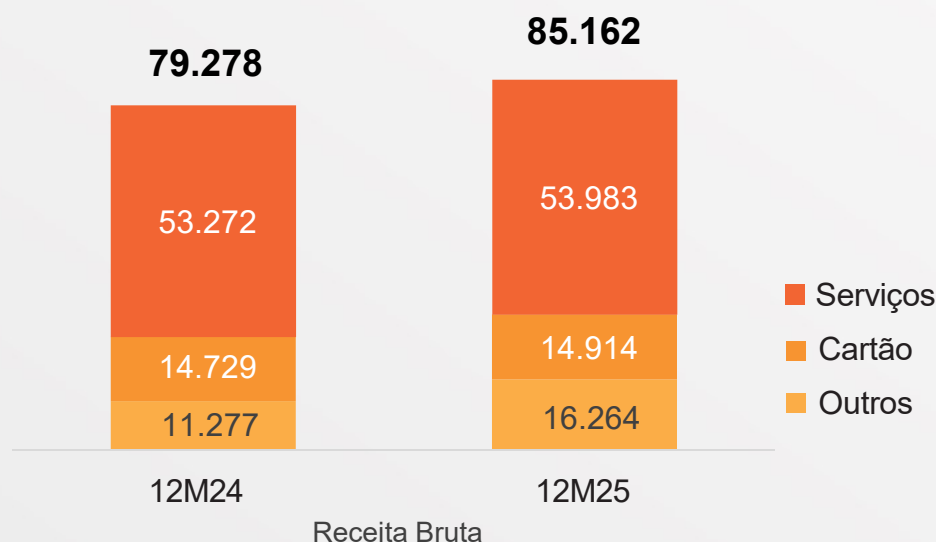
GMV Total x Participação Plataforma Digital (R\$ Mil)



Share Omnichannel



Receitas de Serviços Financeiros (R\$ Mil)

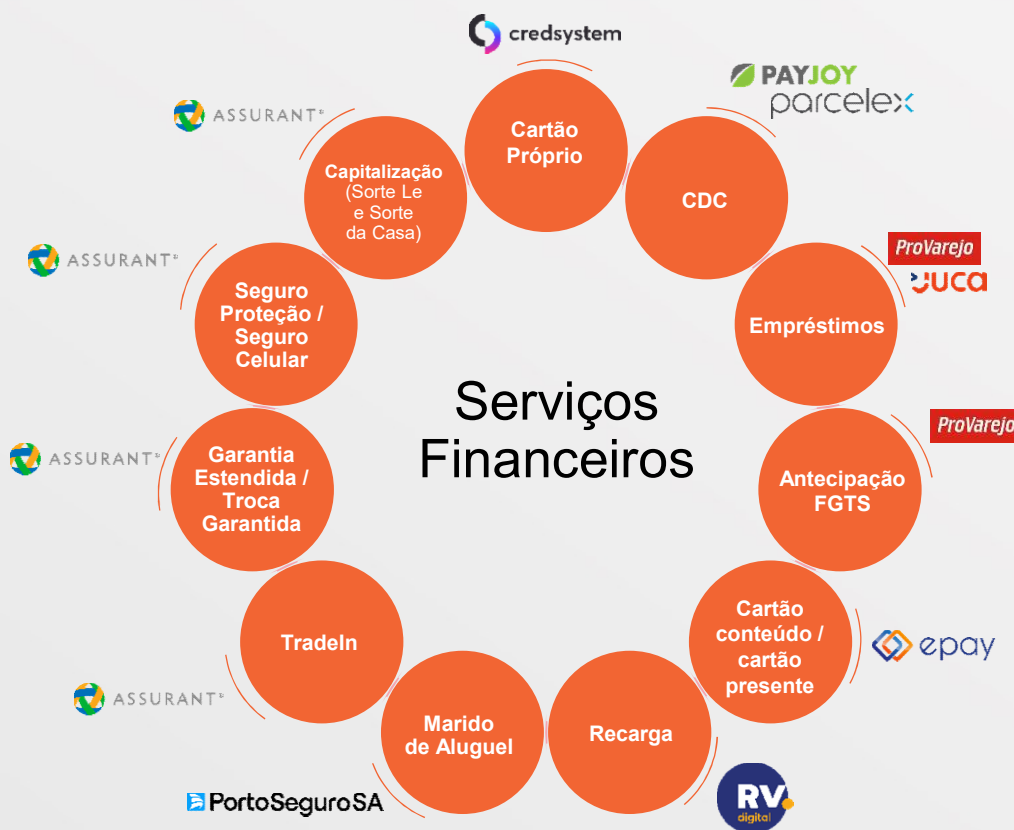


CRESCIMENTO

+7,4 %

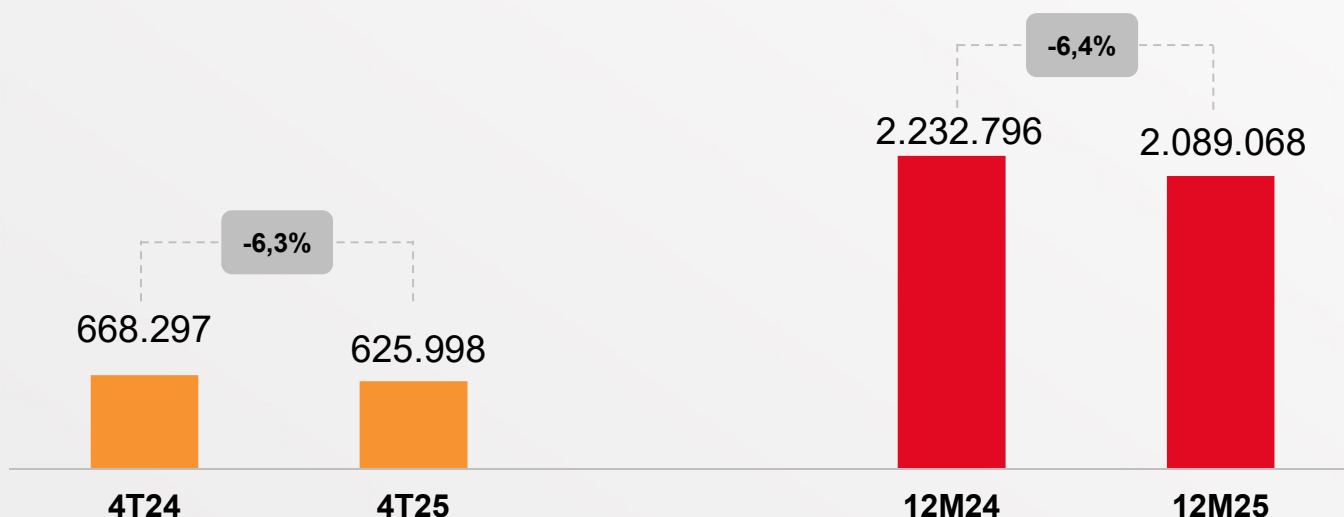
12M25 x 12M24

Com maior oferta de serviços para os nossos clientes, melhoramos o relacionamento e sua experiência de compra, contribuindo assim para uma melhor rentabilidade do negócio. Atualmente, a estratégia é consolidar nosso portfólio de serviços nas duas marcas do Grupo CVLB.



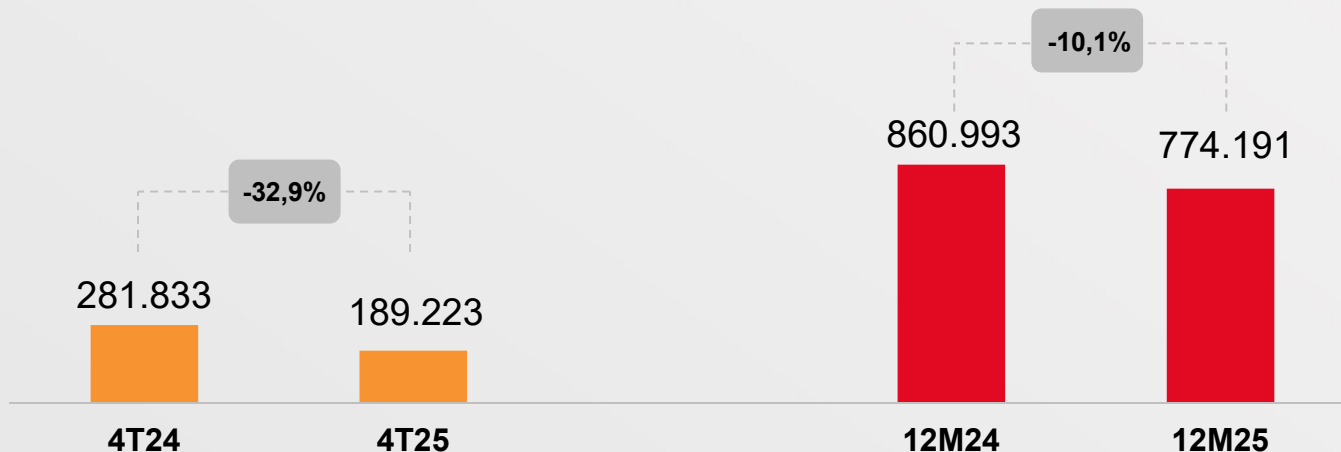
Receita Líquida de Vendas e Serviços (R\$ mil)

A receita líquida consolidada nos 12M25 atingiu R\$ 2,089 bilhões. Redução de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Lucro Bruto e Margem Bruta (R\$ Mil)

Nos 12M25, o lucro bruto apresentou uma redução de 10,1% em relação ao 12M24. A margem bruta no trimestre atingiu 30,2%, 11,9 p.p. abaixo do mesmo período do ano anterior.



Indicadores Financeiros

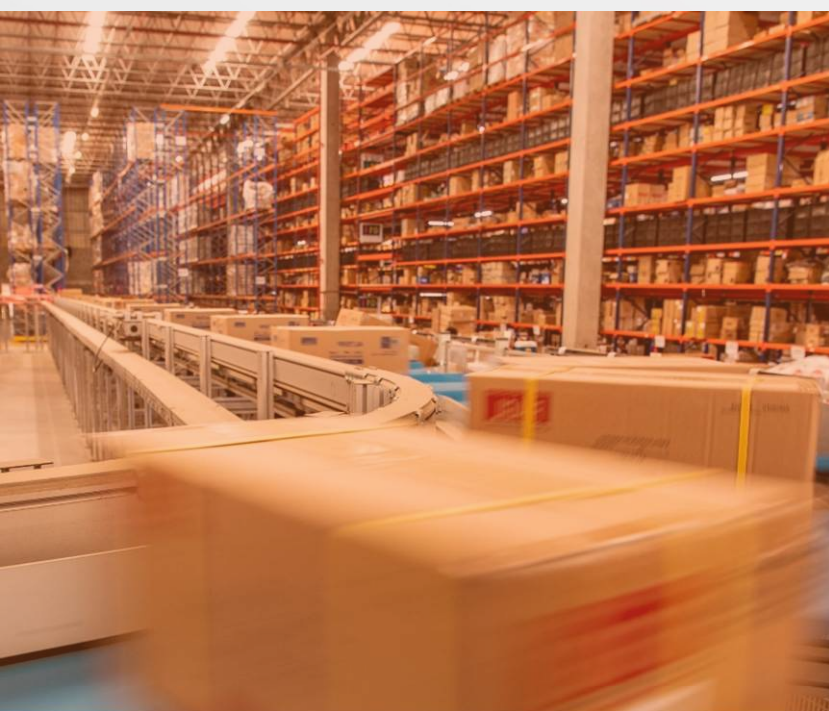


Informações Consolidadas (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
GMV Total	817.567	820.156	-0,3%	2.642.073	2.770.442	-4,6%
GMV Franquias	2.988	6.021	-50,4%	3.477	8.153	-57,4%
GMV Digital (1P+3P)	160.072	121.357	31,9%	450.756	383.261	17,6%
GMV 3P	58.815	31.551	86,4%	147.067	103.896	41,6%
Receita Bruta – Lojas próprias	654.507	692.778	-5,5%	2.187.841	2.379.028	-8,0%
Receita Bruta Digital	107.254	93.229	15,0%	319.216	290.448	9,9%
Share digital (% GMV Total)	19,6%	14,8%	4,8p.p	17,1%	13,8%	3,2p.p
Share Omnichannel (% Receita Bruta Digital)	29,5%	36,6%	-7,1p.p	47,0%	52,1%	-5,0p.p
Receita líquida de Vendas de Mercadorias	606.130	648.617	-6,6%	2.003.906	2.153.518	-6,9%
Receita líquida de serviços financeiros	19.868	19.680	1,0%	85.162	79.278	7,4%
Lucro Bruto	189.223	281.833	-32,9%	774.191	860.993	-10,1%
Margem bruta (%)	30,2%	42,2%	-11,9p.p	37,1%	38,6%	-1,5p.p
Despesas operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas)	(163.819)	(147.665)	10,9%	(557.545)	(494.258)	12,8%
Despesas operacionais / Receita líquida (%)	-26,2%	-22,1%	-4,1p.p	-26,7%	-22,1%	-4,6p.p
EBITDA ajustado	31.072	93.502	-66,8%	95.587	196.628	-51,4%
Margem EBITDA ajustado (%)	5,0%	14,0%	-9,0p.p	4,6%	8,8%	-4,2p.p
Lucro (prejuízo) líquido(*)	(521.615)	24.707	-2211,2%	(767.714)	(111.612)	587,8%
Margem líquida (%)	-83,3%	3,7%	-87,0p.p	-36,7%	-5,0%	-31,8p.p

Capital de Giro

Ciclo Financeiro

Capital de Giro (em R\$ Mil)	Dez/25	Dez24
Contas a Receber	51.550	18.873
Estoques	457.174	475.880
Fornecedores	845.823	748.367
Capital de Giro	(337.099)	(253.614)
Ciclo Financeiro	106	72
PME	125	125
PMP	232	196



A companhia entende o **capital de giro** como uma ferramenta importante de gestão de caixa. No acumulado do ano, os **níveis de cobertura** de estoque mantiveram em 125 dias.

Não consideramos o “Contas a Receber” no cálculo do ciclo financeiro, pois os nossos contratos junto às administradoras de cartão de crédito permitem que a Companhia antecipe os recebíveis futuros, podendo se tornar disponível de caixa a qualquer momento.

Endividamento Líquido



Endividamento líquido (R\$ Mil)	Dez/25	Dez/24
Empréstimos e financiamentos	456.230	471.937
Circulante	456.230	173.349
Não Circulante	0	298.588
Debêntures	198.275	251.406
Circulante	198.275	99.879
Não Circulante	0	151.527
Endividamento bruto	654.505	723.343
(-) Caixa e aplicações financeiras	123.712	277.723
Endividamento líquido	530.793	445.620



No ano de 2025, a companhia deu sequência à política de alongamento da dívida por meio de notas comerciais escriturais, debêntures e empréstimos, equalizando assim o Fluxo de Caixa.

O endividamento líquido no fechamento de Dez/25 foi de R\$ 620,2 milhões, um crescimento de R\$ 174,6 milhões em relação a Dez/24, altamente impactado pela atualização da SELIC.

Despesas Operacionais

Visão consolidada

Despesas operacionais (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
Despesas operacionais (SG&A)	(163.819)	(147.665)	10,9%	(557.545)	(494.258)	12,8%
% s/ Receita Líquida de Vendas	-26,2%	-22,1%	-4,1p.p	-26,7%	-22,1%	-4,6p.p
Comerciais/Operacionais	(124.333)	(123.198)	0,9%	(427.596)	(402.580)	6,2%
Gerais e administrativas	(19.439)	(24.777)	-21,5%	(101.763)	(80.043)	27,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(20.047)	310	-6566,8%	(28.186)	(11.635)	142,3%
Resultado de Impairment	(172.901)	0	0,0%	(172.901)	0	0,0%
Depreciação e Amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
Total das despesas operacionais	(384.109)	(177.585)	116,3%	(933.673)	(686.130)	36,1%

O total de despesas operacionais foi de R\$ 384,1 milhões e o SG&A representou 26,2% da receita líquida no 4T25.



Resultado Financeiro Líquido



Resultado Financeiro Líquido (R\$ Mil)	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
Receitas financeiras	22.857	28.711	-20,4%	81.357	83.716	-2,8%
Juros recebidos	60	100	-40,0%	759	267	184,3%
Ajuste a valor presente	12.074	9.618	25,5%	37.348	30.718	21,6%
Rendimento aplicação financeira	2.589	3.143	-17,6%	10.432	9.954	4,8%
Descontos obtidos em arrendamento	2.439	1.650	47,8%	8.499	8.456	0,5%
Atualização monetária	5.255	10.817	-51,4%	21.298	28.506	-25,3%
Variação cambial ativa	330	3.271	-89,9%	2.837	5.641	-49,7%
Outras receitas financeiras	110	112	-1,8%	184	174	5,7%
Despesas financeiras	(145.490)	(102.884)	41,4%	(496.007)	(359.524)	38,0%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.639)	(30.170)	34,7%	(144.951)	(100.704)	43,9%
Derivativos	2.563	(13.600)	-118,8%	(720)	(24.573)	-97,1%
Ajuste a valor presente	(48.565)	(25.740)	88,7%	(150.442)	(101.160)	48,7%
Juros sobre arrendamento mercantil	(21.973)	(4.604)	377,3%	(84.736)	(49.349)	71,7%
Juros sobre antecipação de recebíveis	(23.886)	(14.554)	64,1%	(64.084)	(45.118)	42,0%
Juros sobre antecipação de fornecedores	(4.348)	(3.772)	15,3%	(16.288)	(10.908)	49,3%
Comissão sobre fiança	(444)	(825)	-46,2%	(1.775)	(1.917)	-7,4%
Variação cambial passiva	(3.441)	(5.076)	-32,2%	(7.734)	(7.943)	-2,6%
Outras despesas financeiras	(4.757)	(4.543)	4,7%	(25.277)	(17.852)	41,6%
Resultado financeiro líquido	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.650)	(275.808)	50,3%

O aumento nas taxas de juros entre os anos de 2024 e 2025 impactou negativamente o resultado financeiro, o qual totalizou R\$ - 414,7 milhões no ano de 2025.

EBITDA ajustado e margem EBITDA ajustada

R\$ Mil	4T25	4T24	Var.%	12M25	12M24	Var.%
Lucro (prejuízo) líquido	(521.615)	24.707	-2211,2%	(767.714)	(111.612)	587,8%
(+) IR/CSLL	(204.096)	(5.368)	3702,1%	(193.582)	(10.667)	1714,8%
(+) Resultado Financeiro	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.650)	(275.808)	50,3%
(+) Depreciação e Amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
(+) Resultado de Impairment	(172.901)	0	0,0%	(172.901)	0	0,0%
EBITDA Contábil	25.404	134.168	-81,1%	216.646	366.735	-40,9%
(+) IFRS 16	(40.276)	(42.898)	-6,1%	(171.086)	(172.612)	-0,9%
(+) Despesas (receitas) não recorrentes	24.560	1.373	1688,9%	28.412	1.459	1847,4%
(+) Benefício prêmio de opções	7.322	1.869	291,7%	7.322	1.869	291,7%
(+) Provisões (reversões) para Desmobilização	14.062	(1.010)	-1492,1%	14.294	(823)	-1837,1%
EBITDA Ajustado	31.072	93.502	-66,8%	95.587	196.628	-51,4%
Margem EBITDA Ajustada	5,0%	14,0%	- 9,0p.p.	4,6%	8,8%	- 4,2p.p.

O EBITDA ajustado foi de R\$ 31,1 milhões no 4T25, representando 5,0% da receita líquida.

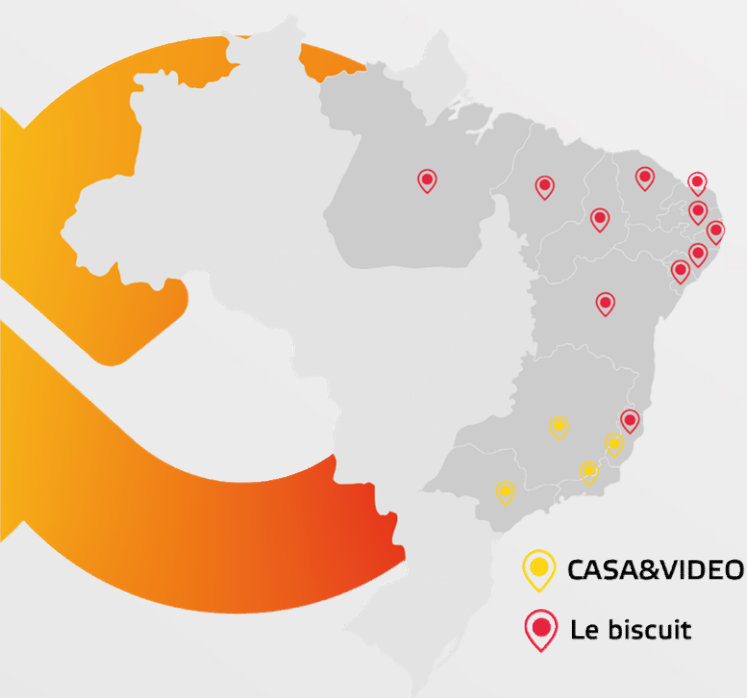
A Companhia optou por divulgar o EBITDA ajustado, conforme tabela acima, visando a demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa de suas atividades. Os ajustes apresentados estão de acordo como previsto no art. 4º da Instrução CVM nº 527.

Sobre a CVLB



A CVLB Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, que opera no comércio varejista através de lojas físicas e de forma integrada com seus canais digitais.

A CVLB surge a partir da combinação de negócios entre Casa & Vídeo Brasil S.A. e Lojas Le Biscuit S.A. em Abril de 2023. Possuindo 363 lojas físicas e 2 centros de distribuição no momento da unificação, a companhia se torna um grande player do mercado varejista do Brasil.



A companhia possui um modelo diversificado de negócios compostos de: Eletro portáteis; Cozinha; Servir; Lavanderia e banheiro; Decoração; Organização; Cama, mesa e banho; Smartphones e tablets; Áudio e vídeo; Manutenção casa e carro; Brinquedos e bebe; Lazer; Bomboniere; Telefonia Fixa e informática; Eletro climatização; Papelaria; Festa e sazonal; Higiene e beleza, e com grande participação de marcas próprias.

Com presença física em 14 estados brasileiros e somando as plataformas digitais, a companhia possui um grande ecossistema eficiente e integrado, o que potencializa seu crescimento, combinado com o compromisso de qualidade superior na experiência de compra de seus clientes.

Relação com Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia não contratou qualquer outro serviço que não seja a auditoria externa, junto ao auditor independente KPMG Auditores Independentes, que possa comprometer sua independência.

A Companhia adota como princípio o fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.



Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em R\$ milhares)	Dez/25	Dez/24
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	34.299	146.112
Aplicações financeiras vinculadas	0	0
Títulos e Valores Mobiliários CP	89.413	105.970
Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos CP	0	798
Contas a receber de clientes	51.550	18.873
Estoques	457.174	475.880
Tributos a Recuperar	163.865	177.126
Imposto de renda e contribuição social	3.409	2.419
Adiantamento a Fornecedores	32.869	0
Outros créditos e valores	37.476	36.985
Total do circulante	870.055	964.163
Não circulante		
Títulos e Valores Mobiliários LP	0	25.641
Depósitos judiciais	42.883	58.082
Tributos a recuperar	254.616	245.866
IR e CS Diferidos	0	218.874
Imobilizado	257.827	363.147
Direito de Uso	482.409	451.275
Intangível	388.477	485.353
Outros créditos e valores	7.218	2.600
Total do não circulante	1.433.430	1.850.838
Total do ativo	2.303.485	2.815.001

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial Consolidado

(Em R\$ milhares)	Dez/25	Dez/24
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	845.823	748.367
Obrigações com compras de mercadorias	74.846	120.175
Empréstimos e Financiamentos CP	456.230	173.349
Debênture CP	198.275	99.879
Instrumentos Financeiros Derivativos CP	752	2.347
Obrigações Fiscais	337.081	161.149
Obrigações Trabalhistas	34.429	26.496
Passivo de Arrendamento CP	123.853	127.513
Adiantamentos de Clientes	4.528	3.803
Juros sobre o Capital Próprio	12.611	9.176
Outras Contas a Pagar	9.548	14.433
Total do circulante	2.097.976	1.486.687
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos LP	0	298.588
Debênture LP	0	151.527
Passivo de Arrendamento LP	438.228	349.246
Instrumentos Financeiros Derivativos LP	4.950	8.507
Obrigações Fiscais	44.366	46.192
IR e CS Diferidos	20.747	46.072
Provisão para Contingência	23.118	53.970
Outras Obrigações	9.192	33.854
Total do não circulante	540.601	987.956
Patrimônio Líquido		
Capital social	765.169	669.231
Efeito na emissão de ações	7.715	7.715
(-) Ações em Tesouraria	(2.842)	(522)
Reserva de Capital	(65.371)	(65.371)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.354)	0
Reservas de Lucros	3.400	3.400
(-) Prejuízo Acumulado	(1.041.809)	(274.095)
Total do patrimônio líquido	-335.092	340.358
Total do passivo e patrimônio líquido	2.303.485	2.815.001

Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Consolidado

(Em R\$ milhares)	4T25 Contábil	4T24 Contábil	Var.% Contábil	12M25 Contábil	12M24 Contábil	Var.% Contábil
Receita operacional bruta	763.778	789.737	-3,3%	2.509.418	2.674.560	-6,2%
Tributos sobre a venda	(137.780)	(121.440)	13,5%	(420.350)	(441.764)	-4,8%
Receita operacional líquida	625.998	668.297	-6,3%	2.089.068	2.232.796	-6,4%
Custo das mercadorias vendidas	(436.775)	(386.464)	13,0%	(1.314.877)	(1.371.803)	-4,1%
Lucro Bruto	189.223	281.833	-32,9%	774.191	860.993	-10,1%
Receitas (despesas) operacionais	(384.109)	(177.585)	116,3%	(933.673)	(686.130)	36,1%
Comerciais/Operacionais	(124.333)	(123.198)	0,9%	(427.596)	(402.580)	6,2%
Gerais e administrativas	(19.439)	(24.777)	-21,5%	(101.763)	(80.043)	27,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(20.047)	310	-6566,8%	(28.186)	(11.635)	142,3%
Resultado de Impairment	(172.901)		0,0%	(172.901)		0,0%
Depreciação e amortização	(47.389)	(29.920)	58,4%	(203.227)	(191.872)	5,9%
Resultado Financeiro	(122.633)	(74.173)	65,3%	(414.650)	(275.808)	50,3%
Receitas financeiras	22.857	28.711	-20,4%	81.357	83.716	-2,8%
Despesas financeiras	(145.490)	(102.884)	41,4%	(496.007)	(359.524)	38,0%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(317.519)	30.075	-1155,8%	(574.132)	(100.945)	468,8%
Imposto de renda e contribuição social	(204.096)	(5.368)	3702,1%	(193.582)	(10.667)	1714,8%
Lucro (prejuízo) do período	(521.615)	24.707	-2211,2%	(767.714)	(111.612)	587,8%

Demonstrações Financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (em milhares)	Dez/25	Dez/24
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto	(574.132)	(100.944)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa:	-	-
Depreciação e amortização	203.227	191.872
Juros e variação monetária de empréstimos, desconto de fornecedores, juros de passivo de arrendamentos e variação cambial	211.617	160.713
Descontos nas contraprestações do passivo de arrendamento	(8.336)	(8.456)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(30.852)	(16.980)
Provisões/Reversões para perda de estoques	6.689	(2.187)
Atualização monetária dos tributos a recuperar	(21.298)	(28.506)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	-	1.917
Reversão de provisão para desmantelamento, imobilizado e Intangível	136.307	-
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	33.595	8.036
Valor residual do direito de uso baixado	32.404	7.724
Instrumentos financeiros derivativos	720	24.573
Ganho (perda) de hedge de fluxo de caixa	(1.354)	-
Ajuste a valor presente	(4.932)	(46.300)
Rendimento de aplicação financeira	(7.745)	(31.850)
Outros	4.212	(5.004)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Instrumentos Financeiros Derivativos	798	30.346
Contas a receber de clientes	(31.238)	124.801
Estoques	165.952	78.496
Tributos a recuperar	24.845	(78.909)
IR e CS diferidos Ativos	-	(1)
Outros créditos e valores	(37.978)	(12.040)
Depósito Judicial	15.199	(74)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(57.028)	(82.603)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.872)	(19.244)
Obrigações fiscais	173.800	52.937
Obrigações Trabalhistas	7.933	(9.621)
Outras Obrigações	(28.823)	6.136
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	207.710	244.832
Juros pagos	(174.330)	(146.910)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(609)	(609)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	32.771	97.313

Demonstrações Financeiras

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa (em milhares)	Dez/25	Set/24
Atividades de investimento		
Aquisições de itens do Imobilizado	(13.230)	(17.532)
Aquisições de itens do Intangível	(23.795)	(16.692)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(352.714)	(385.155)
Resgate em títulos e valores mobiliários	387.101	424.149
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(2.638)	4.770
Atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	401.109	195.000
Pagamento empréstimos – principal	(413.400)	(261.598)
Obrigações com compras de mercadorias	(61.617)	69.865
Aplicação em títulos e valores mobiliários em garantia	(65.804)	(74.829)
Resgate em títulos e valores mobiliários	81.360	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(125.747)	(131.653)
Emissão de debêntures	72.500	95.000
Pagamentos debêntures – principal e custo da transação	(127.400)	(20.117)
Distribuição juros sobre capital próprio	3.435	-
Aporte de Capital	95.938	-
Credores Recuperação Judicial	-	4.804
Recompra de Ações	(2.320)	(522)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(141.946)	(124.050)
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(111.813)	(21.967)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	146.112	168.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.299	146.112
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(111.813)	(21.967)

Glossário

Dados operacionais

Índice (Share) Omnichannel

O Índice Omnichannel considera as vendas Omnichannel como um % das Vendas Digitais.

Net Promoter Score (NPS)

Net Promoter Score (NPS) é uma métrica que avalia a probabilidade de um cliente recomendar uma empresa, produto ou serviço.

Receita Bruta Digital (Vendas Digitais)

A Receita Bruta Digital considera todas as vendas originadas no site, aplicativo Le e canais omnichannel.

Same-Store-Sales (SSS)

O SSS considera vendas das lojas físicas com mais de 12 meses e vendas digitais.

Share Digital

O Índice de Penetração Digital (Share Digital) considera as Vendas Digitais como um % das Vendas Totais.

Vendas Omnichannel

As Vendas Omnichannel consideram todas as vendas digitais com participação das lojas físicas.

Medições não contábeis

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes e sem efeitos de caixa.

Ajustes não recorrentes são caracterizados por efeitos pontuais que acontecem no resultado da Companhia. Ajustes sem efeitos de caixa são transações que ocorrem no resultado da Companhia porém se afetam diretamente o caixa e equivalentes.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é resultante do somatório dos empréstimos de curto e longo prazos presentes no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia, adicionados ou subtraídos dos Derivativos e subtraídos da soma de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo de caixa Operacional é uma medição gerencial, resultante do fluxo de caixa de atividades operacionais apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e diretores da
CVLB Brasil S.A.
Rio de Janeiro, RJ

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVLB Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 767.714 mil e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 1.227.921 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 e com o fato da Companhia ter ajuizado pedido de recuperação judicial em 28 de abril de 2026, indicam a existência de incertezas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende da deliberação e aprovação do plano de recuperação judicial, que ainda não ocorreu.

Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluirmos se o pressuposto de continuidade operacional utilizado como base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados e os passivos liquidados.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira

Contadora CRC RJ-095335/O-0

CVLB Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	4	223	10.589	89.413	105.970
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	798	-	798
Contas a receber de clientes	6	31.481	6.804	51.550	18.873
Contas a receber - Partes relacionadas	26	37.740	76.986	-	-
Estoques	7	276.318	246.711	457.174	475.880
Tributos a recuperar	8	79.593	82.245	163.865	177.126
Transações entre partes relacionadas	26	81.742	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		3.215	-	3.409	2.419
Adiantamento a Fornecedores		4.851	-	32.869	-
Outros créditos e valores		26.611	8.162	37.476	36.985
Total do ativo circulante		561.841	573.825	870.055	964.163
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	12.369	-	25.641
Depósitos judiciais	17	37.876	53.085	42.883	58.082
Tributos a recuperar	8	123.518	101.923	254.616	245.866
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	-	-	-	218.874
Investimentos	9	-	378.518	-	-
Imobilizado	10	154.855	214.626	257.827	363.147
Direitos de uso	16	365.093	273.966	482.409	451.275
Intangível	11	140.170	143.556	388.477	485.353
Outros créditos e valores		7.218	2.600	7.218	2.600
Total do ativo não circulante		828.730	1.180.643	1.433.430	1.850.838
Total do ativo		1.390.571	1.754.468	2.303.485	2.815.001

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações com compras de mercadorias	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos	14	175.721	79.639	456.230	173.349
Debêntures	15	-	-	198.275	99.879
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-	752	2.347
Obrigações fiscais	18	292.123	132.390	337.081	161.149
Obrigações trabalhistas		23.044	10.214	34.429	26.496
Passivo de arrendamento	16	85.259	88.573	123.853	127.513
Transações entre partes relacionadas	26	-	54.046	-	-
Adiantamentos de clientes		956	-	4.528	3.803
Juros sobre o capital próprio		12.611	9.176	12.611	9.176
Outras contas a pagar		589	5.403	9.548	14.433
Total do passivo circulante		1.223.670	955.752	2.097.976	1.486.687
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	143.238	-	298.588
Debêntures	15	-	-	-	151.527
Passivo de arrendamento	16	319.278	199.779	438.228	349.246
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-	4.950	8.507
Obrigações fiscais	18	15.761	39.478	44.366	46.192
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	20.747	46.072	20.747	46.072
Provisão para Perda de Investimento em Controlada	9	120.239	-	-	-
Provisão para contingência	17	16.776	18.782	23.118	53.970
Outras obrigações		9.192	11.009	9.192	33.854
Total do passivo não circulante		501.993	458.358	540.601	987.956
Patrimônio líquido					
Capital social	19	765.169	669.231	765.169	669.231
Efeito na emissão de ações		7.715	7.715	7.715	7.715
(-) Ações em Tesouraria		(2.842)	(522)	(2.842)	(522)
Reserva de capital		(65.371)	(65.371)	(65.371)	(65.371)
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.354)	-	(1.354)	-
Reservas de lucros		3.400	3.400	3.400	3.400
(-) Prejuízo acumulado		(1.041.809)	(274.095)	(1.041.809)	(274.095)
Total do patrimônio líquido		(335.092)	340.358	(335.092)	340.358
Total do passivo e patrimônio líquido		1.390.571	1.754.468	2.303.485	2.815.001

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação, expresso em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	1.366.383	1.470.693	2.089.068	2.232.796
Custo das vendas e serviços prestados	7	(910.074)	(976.241)	(1.314.877)	(1.371.803)
Lucro Bruto		456.309	494.452	774.191	860.993
Receita (despesas) operacionais					
Comerciais/Operacionais	21	(232.298)	(220.761)	(427.596)	(402.580)
Gerais e administrativas	21	(63.415)	(61.581)	(101.763)	(80.043)
Depreciação e amortização	22	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)
Outras receitas/despesas Operacionais		(4.486)	(206)	(28.186)	(11.635)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(593.339)	(42.643)	-	-
Resultado de Impairment	10, 11 e 16	(30.968)	-	(172.901)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(603.162)	38.214	(159.482)	174.863
Receitas financeiras	23	51.365	46.648	81.357	83.716
Despesas financeiras	23	(241.243)	(185.853)	(496.007)	(359.523)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Corrente		-	-	(34)	(47)
Diferido		25.326	(10.620)	(193.548)	(10.620)
Imposto de renda e contribuição social	25	25.326	(10.620)	(193.582)	(10.667)
Prejuízo do período		(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Prejuízo por ação básico e diluído – R\$	24			(5,684)	(0,890)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Ganho líquida em hedge fluxo de caixa	-	4.804	-	4.804
Total dos resultados abrangentes do exercício	(767.714)	(106.807)	(767.714)	(106.807)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em Tesouraria	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Efeito na emissão de ações	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	669.222	-	(65.371)	776	2.624	(4.804)	-	(162.484)	439.963
Aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	9
Ganho líquido em hedge fluxo de caixa	-	-	-	-	-	4.804	-	-	4.804
Emissões de ações	-	(522)	-	-	-	-	-	-	(522)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	7.715	(111.611)	(103.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	669.231	(522)	(65.371)	776	2.624	-	7.715	(274.095)	340.358
Saldos em 31 de dezembro de 2024	669.231	(522)	(65.371)	776	2.624	-	7.715	(274.095)	340.358
Aumento de capital	95.938	(2.320)	-	-	-	-	-	-	93.618
Reversão plano de opções	-	-	-	-	-	(1.354)	-	-	(1.354)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(767.714)	(767.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	765.169	(2.842)	(65.371)	776	2.624	(1.354)	7.715	(1.041.809)	(335.092)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Depreciação e amortização	22	134.965	131.047	203.227	191.872
Juros e variação cambial de empréstimos e debentures	14,15 e 16	34.117	36.751	105.696	98.154
Juros de arrendamento	16	53.536	31.587	84.736	49.349
Juros obrigações com compras de mercadorias, variação cambial e outros	23	19.655	10.719	21.185	13.210
Descontos nas contraprestações do passivo de arrendamento	16	(7.003)	(6.578)	(8.336)	(8.456)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	(2.006)	(1.396)	(30.852)	(16.980)
Constituição/Reversão de provisão para perdas de estoques	7	4.651	(278)	6.689	(2.187)
Atualização monetária dos tributos a recuperar	23	(16.906)	(15.510)	(21.298)	(28.506)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	6	-	1.373	-	1.917
Perda por redução ao valor recuperável de ativos		20.395	-	136.307	-
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	10 e 11	13.273	7.632	33.595	8.036
Valor residual do direito de uso baixado	16	9.658	7.715	32.404	7.724
Instrumentos financeiros derivativos	5	798	8.069	720	24.573
Ganho (perda) de Hedge de Fluxo de Caixa		-	-	(1.354)	-
Ajuste a valor presente		(301)	(7.804)	(4.932)	(46.300)
Resultado da equivalência patrimonial	9	593.339	42.643	-	-
Rendimento de aplicação financeira	23	(3.246)	(2.447)	(7.745)	(31.850)
Outros		3.354	(3.210)	4.212	(5.004)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Instrumentos financeiros derivativos	5	798	18.349	798	30.346
Contas a receber de clientes	6	15.926	(8.061)	(31.238)	124.801
Estoques	7	29.238	34.285	165.952	78.496
Tributos a recuperar	8	(5.252)	1.741	24.845	(78.909)
IR e CS Diferidos Ativos		-	-	-	(1)
Outros créditos e valores		(27.918)	(57)	(37.978)	(12.040)
Depósito Judicial	17	15.209	311	15.199	(74)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	12	10.511	70.911	(57.028)	(82.603)
Instrumentos financeiros derivativos	5	(798)	(13.032)	(5.872)	(19.244)
Obrigações fiscais		135.161	41.117	173.800	52.937
Obrigações trabalhistas		12.830	(8.338)	7.933	(9.621)
Outras obrigações		(5.675)	3.897	(28.823)	6.136
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		245.269	280.445	207.710	244.832
Juros pagos	14,15 e 16	(78.324)	(52.520)	(174.330)	(146.910)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(609)	(609)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		166.945	227.925	32.771	97.313
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições aos investimentos	9	-	(7.725)	-	-
Aquisições de itens do Imobilizado	10	(7.355)	(6.736)	(13.230)	(17.532)
Aquisições de itens do Intangível	11	(4.288)	(9.207)	(23.795)	(16.692)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	4	(58.897)	(50.093)	(352.714)	(385.155)
Resgate em títulos e valores mobiliários	4	58.930	67.564	387.101	424.149
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(11.610)	(6.197)	(2.638)	4.770
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos	14	239.609	105.000	401.109	195.000
Pagamento empréstimos – principal e custo de transação	14	(282.050)	(152.506)	(413.400)	(261.598)
Obrigações com compras de mercadorias		(36.807)	18.204	(61.617)	69.865
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	4	(20.124)	(22.906)	(65.804)	(74.829)
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	4	46.072	-	81.360	-
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(88.825)	(98.573)	(125.747)	(131.653)
Emissão de debentures		-	-	72.500	95.000
Pagamentos empréstimo e debêntures – principal e custo de transação	14,15 e 16	-	-	(127.400)	(20.117)
Transações entre Partes Relacionadas	26	(135.788)	(78.266)	-	-
Distribuição juros sobre capital próprio		3.435	-	3.435	-
Aporte de Capital	9	-	-	95.938	-
Ganho (perda) de Hedge de Fluxo de Caixa		-	4.804	-	4.804
Recompra de ações		(2.320)	(522)	(2.320)	(522)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(276.798)	(224.765)	(141.946)	(124.050)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121.463)	(3.037)	(111.813)	(21.967)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	3	141.530	144.567	146.112	168.079
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	3	20.067	141.530	34.299	146.112
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(121.463)	(3.037)	(111.813)	(21.967)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

CVLB Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta com vendas de produtos e serviços	19	1.558.369	1.692.948	2.509.418	2.674.561
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das vendas e serviços prestados		(905.881)	(977.231)	(1.279.380)	(1.351.415)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras		(113.206)	(103.909)	(217.415)	(200.573)
Perda/recuperação de valores ativos		(37.861)	(5.614)	(221.742)	(27.940)
Outro Insumos		(47.274)	(10.548)	(61.980)	3.083
		(1.104.222)	(1.097.302)	(1.780.517)	(1.576.845)
Valor adicionado bruto		454.147	595.646	728.901	1.097.716
Depreciação e amortização	22	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		319.182	464.599	525.674	905.844
Valor adicionado recebido em transferência		(517.583)	9.144	120.681	89.013
Resultado de equivalência patrimonial	9	(593.338)	(42.643)	-	-
Receitas financeiras		51.365	46.648	81.357	83.716
Outras receitas		24.390	5.139	39.324	5.297
Valor adicionado total a distribuir		(198.401)	473.743	646.355	994.857
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		90.915	91.843	183.861	187.670
FGTS		10.651	10.434	16.863	17.563
Benefícios		56.192	57.254	80.464	70.329
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		74.133	128.440	363.307	192.327
Estaduais		92.609	102.554	253.393	260.119
Municipais		8.867	8.900	15.249	13.137
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		239.113	185.358	490.747	358.557
Alugueis		(3.167)	571	10.185	6.766
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do período		(767.714)	(111.611)	(767.714)	(111.611)
Distribuição do valor adicionado		(198.401)	473.743	646.355	994.857

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A CVLB Brasil S.A. (“Companhia”) (antiga Lojas Le Biscuit S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto com registro de emissor de categoria “A” na B3 S.A., fundada em 1968, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

No dia 28 de abril de 2023, foi concluído o processo de combinação de negócios entre a Lojas Le Biscuit S.A. (“Le Biscuit”) e a Casa & Video Brasil S.A. (“Casa & Video”), formando a CVLB Brasil S.A.

A Companhia tem como objeto social o comércio, majoritariamente varejista, de artigos de utilidades domésticas, brinquedos, papelaria, artigos de festas, bomboniere, equipamentos de telefonia, eletroportáteis, artesanato, higiene & beleza, cama, mesa & banho, lazer e artigos para recém-nascidos e bebês. Ao todo a rede tem 341 lojas próprias, 2 centros de distribuição e 3 lojas Le Biscuit franqueadas (Em 31 de dezembro de 2024 eram 341 lojas próprias, 2 centros de distribuição e 3 lojas Le Biscuit franqueadas). A Casa & Video e CVLB (antiga Le Biscuit) oferecem mais de 10.745 itens entre as diversas categorias de sua atuação comercial.

A Companhia se faz presente em todo o país, por meio de sua plataforma digital, que se somou à rede física de lojas estabelecida em 14 estados da federação, e deu início a implantação de diversas iniciativas de integração de seus diferentes canais digitais às suas lojas físicas, formando um ecossistema único e eficiente, que potencializa seu crescimento e aprimora qualidade a experiência de compra de seus clientes.

A Companhia ainda tem participações societárias diretas nas controladas Alterf Importadora de Artigos de Armário Ltda. (“Alterf”) e Akoun Administração de Franquias e Bens Ltda (“Akoun”) e na CVTRJ Trading e Distribuidora Ltda (“CVTRJ”).

As controladas acima mencionadas têm como objeto social o comércio atacadista de artigos diversos, a importação de mercadorias para revenda, bem como a participação em outras sociedades, a gestão de contratos e prestação de serviços de administração de negócios, predominante financeiros, e outorga, administração, licenciamento, sub-licenciamento de franquia empresarial, incluindo consultoria, assistência técnica e prestação de serviços, respectivamente.

Continuidade operacional

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 prejuízo consolidado de R\$ 767.714 (R\$ 111.611 em 31 de dezembro de 2024), com contribuição macro do aumento da despesa financeira líquida em decorrência das elevadas taxas de juros no Brasil.

O resultado da Companhia também está impactado por consequência por perdas de impairment, em função da revisão das projeções de resultado para os próximos anos no valor de R\$ 30.968 na controladora e R\$ 172.901 no consolidado em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em R\$ 1.227.921 e fluxo de caixa operacional positivo consolidado no ano de R\$ 32.771.

Em decorrência do descumprimento de determinados covenants financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia procedeu à reclassificação do saldo das obrigações do passivo não circulante para o passivo circulante, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, uma vez que tal descumprimento torna as dívidas exigíveis no curto prazo na data-base das demonstrações financeiras. O cálculo de capital circulante líquido descrito acima considera esses saldos reclassificados.

Esses eventos ou condições, juntamente com os assuntos a seguir descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Reestruturação financeira e negociação com credores

A Companhia encontra-se em processo de reestruturação financeira, com foco na preservação de sua liquidez e na continuidade operacional, por meio de iniciativas estratégicas e negociações com credores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes medidas:

- **Concessão de tutela cautelar antecedente (“Medida Cautelar”):** em 14 de janeiro de 2026, a Companhia obteve a concessão da Medida Cautelar, nos termos do artigo 20-B, §1º, da Lei nº 11.101/2005, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) dias, com a suspensão de atos judiciais ou extrajudiciais de natureza executiva, expropriatória ou constritiva em face da Companhia e de suas subsidiárias. A medida foi concedida no contexto da instauração de procedimento de mediação com credores, com o objetivo de viabilizar a negociação de obrigações financeiras e a reestruturação de passivos. Em razão do avanço das negociações, em 12 de março de 2026, a Medida Cautelar foi prorrogada por mais 30 (trinta) dias, estendendo seus efeitos até 14 de abril de 2026; Em 14 de abril de 2026, a Medida Cautelar novamente prorrogada por mais 15(quinze) dias, estendendo seus efeitos até 29 de abril de 2026. Antes do encerramento do prazo, foi apresentada emenda a inicial para converter a Medida Cautelar em Recuperação Judicial.
- **Ajuizamento da Recuperação Judicial (“Recuperação Judicial”):** Em 28 de abril de 2026 a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, com fundamento no artigo 20-B, §1º, da Lei nº 11.101/2005. O pedido de Recuperação Judicial não decorreu do abandono da via negocial objeto da Medida Cautelar, mas da necessidade de ampliar o alcance e conferir maior estabilidade jurídica ao processo de reestruturação em curso, substituindo o regime cautelar, de natureza provisória e limitada, pelo instrumento recuperacional previsto na Lei 11.101/05. No curso do procedimento recuperacional a Companhia informou o financiamento de capital de giro na modalidade de DIP Financing (Debtor-in-Possession Financing) de até R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) com seu acionista, sujeito à aprovação judicial, destinado a reforçar a liquidez e assegurar a continuidade das operações durante esta etapa de reorganização financeira. O Administrador Judicial concordou com o financiamento na modalidade de DIP Financing, restando pendente de homologação do Juízo.

- **Implementação de medidas operacionais e financeiras:** incluem iniciativas voltadas ao aumento de margem, revisão do mix de produtos e políticas comerciais, otimização da gestão de estoques, renegociação com fornecedores, racionalização de despesas operacionais, revisão contínua da rentabilidade das unidades, no início de 2026 a descontinuidade de 47 unidades com desempenho insatisfatório, além da priorização de investimentos com maior retorno;
- **Gestão rigorosa de caixa:** adoção de controles centralizados de desembolsos, priorização de pagamentos essenciais, revisão e reprogramação de compromissos financeiros e monitoramento contínuo do fluxo de caixa de curto prazo; **Elaboração de projeções financeiras:** desenvolvimento de projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 (doze) meses, considerando a continuidade das operações e a implementação das medidas em curso;
- **Suporte de assessores especializados:** a Companhia conta com assessoria financeira e jurídica especializada na condução do processo de reestruturação, bem como com mediação institucional;

A Administração entende que a Recuperação Judicial preserva a liquidez no curtíssimo prazo e para a continuidade das negociações, ao reduzir o risco de constrições sobre ativos e proporcionar maior previsibilidade na gestão das obrigações financeiras. A concessão da Recuperação Judicial encontra-se condicionada à deliberação e aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos credores e homologação do Juízo, nos termos da legislação aplicável. A Companhia ressalta que seu ecossistema de vendas, incluindo lojas físicas e canais digitais, permanece operando normalmente.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas para identificar eventuais indícios de perda por desvalorização. Caso tais indícios existam, é estimado o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa, definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, uma perda por impairment é reconhecida no resultado do exercício. As perdas reconhecidas em períodos anteriores são revertidas quando houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável, limitada ao valor contábil que o ativo teria caso a perda não tivesse sido reconhecida.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.1 Base de preparação

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas pela Orientação Técnica CPC 07 emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação de suas informações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das informações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da companhia em 29 de maio de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na preparação destas informações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 13 - a administração exerceu julgamento na avaliação da natureza das operações de risco sacado, considerando que determinadas transações passaram a envolver intermediação de instituições financeiras, extensão de prazos de pagamento e encargos financeiros específicos, descaracterizando sua natureza exclusivamente comercial.

Nota explicativa 16 – a determinação do prazo dos contratos de arrendamento envolve julgamento da Administração quanto à razoável certeza de exercício das opções de prorrogação e/ou rescisão previstas contratualmente. Na avaliação da razoável certeza, são considerados fatores econômicos, operacionais e estratégicos, tais como relevância do ativo para as operações da Companhia, custos relacionados à substituição do ativo e histórico de renovação contratual. O prazo considerado para mensuração dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reflete a expectativa da Administração quanto ao período provável de utilização dos ativos arrendados.

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 1 – A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia no contexto do processo de Recuperação Judicial, motivado principalmente pelos impactos do aumento das taxas de juros sobre sua estrutura financeira. O plano de recuperação prevê a renegociação com credores e medidas de reequilíbrio financeiro.

Nota explicativa 5 – Valor justo de derivativos;

Nota explicativa 7 – Provisão para perdas em estoques;

Nota explicativa 10 – Redução ao valor recuperável dos ativos;

Nota explicativa 11 – Marcas e Patentes

Nota explicativa 17 – Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 25 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

2.3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade na companhia. Anteriormente, a companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade do Grupo. A companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos do Grupo não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Reconhecimento da receita

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador. A Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias no momento de entrega das mercadorias aos clientes nas lojas e, no caso de vendas e-commerce, quando as mercadorias são entregues nos endereços de entrega informados pelos seus clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de serviços financeiros

As receitas de produtos e serviços financeiros, que correspondem ao comissionamento na intermediação de negócios oferecidos por parceiros comerciais, são reconhecidas no resultado do exercício quando o controle de tais serviços é transferido para os clientes, o que ocorre com a efetiva prestação de serviço. Esta prática está relacionada às atividades da controlada Aswini.

Receita de serviços de royalties

A receita de royalties é reconhecida quando o controle de tais serviços é transferido para os clientes, o que ocorre com a efetiva prestação de serviços dos contratos aplicáveis. Esta prática está relacionada às atividades da controlada Akoun.

Bonificações relacionadas às obrigações com compra de mercadorias

As bonificações recebidas de fornecedores relacionadas às obrigações decorrentes da compra de mercadorias, representadas substancialmente por saldos a pagar a fornecedores em razão da aquisição de estoques para revenda, são mensuradas e reconhecidas como parte integrante do custo dos estoques, com base nos contratos e acordos firmados entre as partes.

As bonificações comerciais estão relacionadas a acordos comerciais vinculados à volume de compras, custos logísticos e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, percentual de desconto fixo mensal, entre outros, e são também registradas em contrapartida aos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, desde que as condições necessárias para abatimento estejam satisfeitas.

Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de transporte do local do estabelecimento do fornecedor para o centro de distribuição ou lojas da Companhia e suas controladas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e por obrigações com compra de mercadorias.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações e perdas do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 que levam em consideração a vida útil desses bens. A depreciação das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos basicamente por fundo de comércio, desenvolvimentos e aperfeiçoamento de softwares e licenças de direito de uso. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados com relação a perda potencial por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, no final de cada exercício social. Mudanças da vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos desses ativos, são reconhecidos por meio de modificações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Marca

Anualmente, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01(R1)/IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetua teste de impairment da marca considerando as médias de Royalties sobre a receita líquida projetada para os próximos oito anos e calculadas a valor presente pela taxa CAPM (Capital Asset Pricing Model - taxa livre de risco).

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de seu início, mais quaisquer custos direto iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse

caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que serão efetuados durante o seu contrato, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa geralmente a taxa incremental sobre média nominal de empréstimos como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos com base na posição de empréstimos na data inicial do arrendamento, fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia passou a reavaliar o prazo de arrendamento com base na vida econômica de cada operação de loja, considerando seu histórico e modelo de negócios. Nessa nova diretriz, os contratos de arrendamento que se encontram em seu último ano serão remensurados 12 meses antes do término, desde que atendam às expectativas previamente estabelecidas. Atendidas essas condições, o prazo de arrendamento será renovado por mais 12 meses, em linha com o prazo originalmente pactuado. Essa alteração está em conformidade com o CPC 06 (R2) e o IFRS 16.

Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente no País, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis no momento de seu registro. A Companhia e sua controlada Alterf são tributadas com base no lucro real, sujeitas à uma alíquota média de 25% de IRPJ e 9% de CSLL. As controladas Aswini e Akoun optaram pelo regime de apuração do imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, sujeitas a presunção de 32% sobre a receita operacional tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescidos, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas classificados como valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários e derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (incluindo-se a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e obrigações com compras de mercadorias, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações com compras de mercadorias, empréstimos e financiamentos, debêntures, JSCP e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros e moeda, para proteger-se contra riscos de taxa de juros e taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”.

Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas a valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores.

Novas normas e interpretações alteradas e ainda não aplicáveis

As normas e interpretações recentemente emitidas ou alteradas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas planejam adotar essas normas e interpretações, quando aplicável, assim que entrarem em vigor:

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais;

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras;

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	17.903	4.332	21.881	7.970
Contas correntes bancárias	1.731	3.131	11.058	3.790
Aplicações financeiras de renda fixa	433	134.067	1.360	134.352
	20.067	141.530	34.299	146.112

As aplicações financeiras em renda fixa foram contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, remuneração média de 96,00% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários (31 de dezembro de 2024 – 97,5%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, por essa razão, foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2) / IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos por certificados de depósito bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, remunerados com variação entre 93% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (entre 93% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 a investida CVLB Brasil S.A possui como garantia certificados de depósitos bancários no valor R\$ 66.032 (R\$ 74.829 em 31 de dezembro de 2024).

Segue abaixo, a movimentação dos títulos e valores mobiliários (controladora e consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2023	15.076	-	63.926	-
Rendimento de aplicação financeira	2.447	-	31.203	647
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	10.537	12.369	48.273	26.556
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	50.093	-	365.155	20.000
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários	(67.564)	-	(402.587)	(21.562)
Em 31 de Dezembro de 2024	10.589	12.369	105.970	25.641
	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2024	10.589	12.369	105.970	25.641
Rendimento de aplicação financeira	204	-	985	-
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	58.897	-	352.714	-
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários	(58.930)	-	(387.101)	-
Rendimento em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	3.042	-	6.760	-
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	20.124	-	65.804	-
Resgate em Títulos e Valores Mobiliários em Garantia	(46.072)	-	(81.360)	-
Transferência	12.369	(12.369)	25.641	(25.641)
Em 31 de Dezembro de 2025	223	-	89.413	-

5 Instrumentos financeiros derivativos

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos contratados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Instrumentos Derivativos Ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swaps de juros	-	798	-	798
	-	798	-	798
Circulante	-	798	-	798
Não Circulante	-	-	-	-
Instrumentos Derivativos Passivos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Swaps de juros	-	-	5.702	10.854
	-	-	5.702	10.854
Circulante	-	-	752	2.347
Não Circulante	-	-	4.950	8.507
Instrumentos financeiros derivativos passivos líquidos	-	798	5.702	10.056

O impacto de resultado financeiro decorrente das operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 798 na controladora e R\$ 720 no consolidado.

Durante o ano de 2024, a Companhia desarmou uma das estruturas de swap de juros, mantendo outra ativa na controlada, para aproveitar o impacto positivo da curva futura entre o CDI e IPCA, convertendo o ativo reconhecido em disponibilidade de caixa com custos de desarme inferiores ao custo médio da dívida da Companhia. Já no segundo semestre de 2024, a Companhia pré-pagou uma dívida referente a operação financeira 4131 que possuía swap de câmbio, isso ocorreu em função da negociação de novas operações com o Citibank realizadas ainda no primeiro semestre.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui instrumentos de *swap* riscos de taxa juros (vide Nota 14, 15 nas seguintes condições:

Riscos de juros

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (R\$)	Valor nominal ponta passiva	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva	Índices contratuais
03/05/2024	20/06/2033	R\$ 92.225	R\$ 97.927	IPCA 7,16 a.a.	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
03/05/2024	16/08/2027	R\$ 107.413	R\$ 107.354	IPCA 7,36 a.a.	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%

As operações foram contratadas para empréstimos e financiamentos, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação de taxa de juros sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas relacionadas acima.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de cartões de crédito e débito (a)	17.511	964	23.572	12.068
Contas a receber marketplace	5.851	5.179	20.134	5.183
Outros clientes a receber	8.003	796	8.910	1.855
	31.365	6.939	52.616	19.106
(-) Ajuste a valor presente	116	(135)	(1.066)	(233)
Total	31.481	6.804	51.550	18.873

- (a) A Companhia celebrou o 4º aditamento ao Contrato de Fiança firmado com o Banco BTG Pactual S.A (NE 14), mantendo como garantias a cessão de 30% dos recebíveis provenientes de operações com cartões de crédito e 70% do estoque de produtos (NE 7), relativos ao montante de R\$ 31.141.

As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até vinte e um meses. O risco de crédito da Companhia é minimizado ou praticamente inexistente à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas administradoras de cartão de crédito e perdas de crédito por inadimplência de clientes são assumidas pelas próprias administradoras.

Em 31 de dezembro de 2025, o percentual de saldos da controladora com vencimento em 30 dias é de 55% na controladora e 65% no consolidado (31 de dezembro de 2024 é de 11% na controladora e 65% no consolidado).

A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer				
Até 30 dias	17.403	781	34.055	12.479
De 31 a 120 dias	12.088	5.745	12.607	6.583
De 121 a 180 dias	1.058	221	3.127	24
De 181 a 360 dias	816	192	2.827	20
Subtotal	31.365	6.939	52.616	19.106

Segue abaixo, a movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber (controladora e consolidado):

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(660)	(1.212)
Reversão de AVP	525	979
Em 31 de dezembro de 2024	(135)	(233)
Constituição e Reversão de AVP	251	(833)
Em 31 de Dezembro de 2025	116	(1.066)

A Companhia realizou a antecipação de seus recebíveis no montante de R\$ 46.191 na controladora e R\$ 82.740 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, movimentação que gerou a redução no saldo das contas a receber no exercício, motivando a variação do saldo quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A antecipação se mostrou uma alternativa financeiramente viável, considerando as condições oferecidas pela instituição financeira e a necessidade de assegurar um fluxo de caixa adequado para suportar as operações e sazonalidade de final de ano. A operação de antecipação mencionada não afetou a dinâmica de gravame de recebíveis indicadas em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures, sob custódia de instituições financeiras credoras e disponíveis para realização.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda (a)	281.317	246.441	458.945	469.815
Materiais auxiliares e almoxarifado	3.005	3.623	8.271	9.418
(-) Provisão para perdas	(8.004)	(3.353)	(10.042)	(3.353)
	276.318	246.711	457.174	475.880

- (a) A Companhia celebrou o 4º aditamento ao Contrato de Fiança firmado com o Banco BTG Pactual S.A (NE 14)., mantendo como garantias a cessão de 30% dos recebíveis provenientes de operações com cartões de crédito (NE 6) e 70% do estoque de produtos, relativos ao montante de R\$ 31.141.

O custo das mercadorias vendidas reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 910.074 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 976.241) na controladora e R\$ 1.314.877 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.371.803) no consolidado.

Perda por redução ao valor realizável

A provisão para perdas em estoques é estimada considerando os produtos com giro lento, ou com algum grau de dificuldade de realização, e outros fatores internos e externos relacionados a perdas potenciais.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	22.793	9.394	137.176	99.301
PIS e COFINS (b)	176.919	161.291	269.629	298.179
Impostos retidos	1.486	9.969	4.369	13.130
INSS	1.508	2.653	5.536	10.489
Outros	405	861	1.771	1.893
	203.111	184.168	418.481	422.992
Circulante	79.593	82.245	163.865	177.126
Não circulante	123.518	101.923	254.616	245.866

- (a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de cargas tributárias diversas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito e solicitações de ressarcimento.
- (b) No exercício de 2019, a CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit). Obteve decisões favoráveis definitivas, transitadas em julgado, em processos nos quais discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período de abril de 1992 até setembro de 2016. O valor total registrado nas suas informações financeiras foi de R\$ 53.840, sendo R\$ 32.720 de principal e R\$ 21.120 de atualização monetária. Do montante atualizado do crédito, R\$ 22.845 referem-se a competências anteriores a fevereiro de 2012 e conforme acordo firmado entre os acionistas da Companhia serão revertidos em favor dos acionistas controladores originais CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit).

A Casa & Vídeo Brasil S.A. obteve em 2021 decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, registrando crédito total de R\$ 69,822, dos quais parte já foi compensada. Também ajuizou ação em 2022 sobre a não incidência do PIS/COFINS sobre o ICMS-ST, considerada de êxito praticamente certo após decisão do STF em 2023. Já a Le Biscuit teve, em abril de 2025, trânsito em julgado de ação com o mesmo objeto, reconhecendo crédito total de R\$ 32.046, sendo R\$ 22.967 de principal e R\$ 9.079 de atualização monetária, atualmente em fase de habilitação para compensação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo disponível para futuras compensações era de R\$ 27.935 referente ao primeiro processo da Casa & Vídeo, R\$ 75.313 referente ao segundo, e R\$ 30.122 referente ao processo da Le Biscuit.

A Companhia realiza periodicamente a avaliação da recuperabilidade de seus créditos fiscais, considerando os efeitos da reforma tributária em tramitação, bem como o cenário regulatório e econômico vigente. Com base nessa análise, prevê-se a utilização dos créditos apurados, mantendo o registro contábil de forma prudente e consistente.

9 Investimentos (Controladora)

Em 28 de abril de 2023 a Companhia adquiriu a investida CVLB Brasil S.A.

Os saldos nas informações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro 2024 incluem as seguintes empresas controladas:

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
CVLB Brasil S.A.	100,00%	100,00%
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda.	100,00%	100,00%

Controladas Indiretas	31/12/2025	31/12/2024
Alterf Importadora de Artigos de Armarinho Ltda.	99,99%	99,99%
Akoun Administração de Franquias e Bens Ltda	100,00%	100,00%

a. Saldo de investimento

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
CVLB Brasil S.A.	(127.726)	371.158
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda.	7.487	7.360
	(120.239)	378.518

b. Movimentação

	CVLB Brasil S.A	CVTRJ Trading	Total
Em 31 de Dezembro de 2023	406.202	7.234	413.436
Aquisição de Investimento	7.725	-	7.725
Resultado da equivalência patrimonial	(42.769)	126	(42.643)
Em 31 de Dezembro de 2024	371.158	7.360	378.518
Em 31 de Dezembro de 2024	371.158	7.360	378.518
Aumento de capital em controlada	95.936	-	95.936
Reversão plano de opções	(1.354)	-	(1.354)
Resultado da equivalência patrimonial	(593.466)	127	(593.339)
Em 31 de Dezembro de 2025	(127.726)	7.487	(120.239)

c. Informações sobre as investidas

	CVLB Brasil S.A		CVTRJ Trading	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante	1.059.020	675.218	6.939	6.774
Ativo Não Circulante	603.723	1.047.921	782	793
Passivo Circulante	1.630.978	822.258	233	206
Passivo Não Circulante	158.847	529.598	-	-
Capital social	765.169	669.231	7.425	7.425
Quantidade de ações possuídas	26.035.672	26.035.672		
Participação no capital total %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido ajustado	(127.726)	371.212	7.487	7.361
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(593.466)	(42.769)	127	126

10 Imobilizado

A movimentação dos bens do imobilizado pode ser assim demonstrada:

Controladora

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2025
<u>Custo</u>											
Máquinas e equipamentos		33.525	-	-	-	33.525	-	-	-	640	34.165
Móveis e utensílios		155.271	-	-	692	155.963	-	-	-	38	156.001
Equipamentos de informática		51.863	-	-	1.027	52.890	-	-	-	-	52.890
Benfeitoria em imóveis de terceiros (d)		213.774	-	-	3.705	217.479	-	(17.412)	(23.092)	4.852	181.827
Imobilizado em Andamento (b)		20.343	6.736	(7.897)	(5.424)	13.758	7.355	(3.957)	-	(5.530)	11.626
Total custo		474.776	6.736	(7.897)	-	473.615	7.355	(21.369)	(23.092)	-	436.509
<u>Depreciação</u>											
Depreciação Acumulada Máquinas e equipamentos	10%	(31.599)	(451)	1	-	(32.049)	(261)	-	-	-	(32.310)
Depreciação Acumulada Móveis e utensílios	10%	(73.280)	(4.800)	174	-	(77.906)	(3.572)	-	-	-	(81.478)
Depreciação Acumulada Equipamentos de informática	20%	(37.739)	(4.111)	57	-	(41.793)	(3.483)	-	-	-	(45.276)
Depreciação Acumulada Benfeitoria em imóveis de terceiros (d)	(c)	(86.403)	(20.871)	33	-	(107.241)	(26.308)	8.262	2.697	-	(122.590)
Total da depreciação		(229.021)	(30.233)	265	-	(258.989)	(33.624)	8.262	2.697	-	(281.654)
Total imobilizado líquido		245.755	(23.497)	(7.632)	-	214.626	(26.269)	(13.107)	(20.395)	-	154.855

Consolidado

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências (a)	Saldos em 31/12/2025
<u>Custo</u>											
Terrenos		3.899	-	-	-	3.899	-	-	-	-	3.899
Imóveis		51.047	-	-	-	51.047	-	-	-	-	51.047
Máquinas e equipamentos		46.595	73	(1)	-	46.667	240	(240)	-	1.296	47.963
Móveis e utensílios		174.782	141	(622)	692	174.993	265	(265)	-	709	175.702
Equipamentos de informática		60.096	86	(197)	1.027	61.012	71	(71)	-	191	61.203
Benfeitoria em imóveis de terceiros (d)		291.936	1.070	(52)	3.705	296.659	2.484	(45.367)	(65.049)	9.614	198.341
Imobilizado em Andamento (b)		23.851	16.162	(7.765)	(5.424)	26.824	10.085	(9.706)	-	(11.810)	15.393
		652.206	17.532	(8.637)	-	661.101	13.145	(55.649)	(65.049)	-	553.548
Adiantamento a fornecedores		265	-	(132)	-	133	85	-	-	-	218
Total custo		652.471	17.532	(8.769)	-	661.234	13.230	(55.649)	(65.049)	-	553.766
<u>Depreciação</u>											
Depreciação Acumulada Imóveis	4%	(2.029)	(2.737)	-	-	(4.766)	(2.701)	-	-	-	(7.467)
Depreciação Acumulada Máquinas e equipamentos	10%	(33.682)	(2.000)	1	-	(35.681)	(1.596)	-	-	-	(37.277)
Depreciação Acumulada Móveis e utensílios	10%	(75.686)	(6.564)	602	-	(81.648)	(5.122)	-	-	-	(86.770)
Depreciação Acumulada Equipamentos de informática	20%	(40.400)	(6.184)	230	-	(46.354)	(4.602)	-	-	-	(50.956)
Depreciação Acumulada Benfeitoria em imóveis de terceiros (d)	(c)	(95.634)	(34.089)	85	-	(129.638)	(38.982)	26.146	29.005	-	(113.469)
Total da depreciação		(247.431)	(51.574)	918	-	(298.087)	(53.003)	26.146	29.005	-	(295.939)
Total imobilizado líquido		405.040	(34.042)	(7.851)	-	363.147	(39.773)	(29.503)	(36.044)	-	257.827

- (a) A Companhia realizou transferências do imobilizado em andamento para os demais grupos do imobilizado.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, imobilizações em andamento referem-se basicamente aos projetos de melhorias de equipamentos, estruturas e obras nas filiais.
- (c) A taxa média de depreciação das benfeitorias de imóveis de terceiros é determinada através da duração dos contratos de aluguel dos imóveis e em 31 de dezembro de 2025 era de 9% e 11,8%, na controladora e controladas, respectivamente, (31 de dezembro de 2024 - 9% a 11,8%).
- (d) Em decorrência do plano de reestruturação operacional implementado pela Companhia, que contempla o encerramento das atividades de 47 lojas, cujo fechamento ocorreu no início de 2026. Desse total, 26 lojas já possuíam comunicação formal de descontinuidade encaminhada aos respectivos arrendadores até o encerramento do exercício de 2025 sendo realizado baixa, enquanto 21 lojas tiveram seus ativos submetidos ao teste de recuperabilidade, resultando no reconhecimento de perda por impairment em 2025. Em decorrência desses eventos, foi contabilizado o montante de R\$ 2.775 na controladora e R\$ 7.577 no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativo imobilizado dado em garantia de empréstimos e financiamentos.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

Em conformidade com o CPC 01 / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2025, a recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, utilizando o método do fluxo de caixa descontado, com base em projeções financeiras aprovadas pela Administração e suportadas por desempenho histórico, expectativas de mercado e dados econômicos disponíveis na data-base da avaliação. As principais premissas consideradas foram receitas e taxas de desconto compatíveis com os riscos dos ativos e do setor. Como resultado dessa análise, foi reconhecida perda por não recuperabilidade (“impairment”) no montante de R\$ 20.395 na controladora e R\$ 36.044 no consolidado.

O reconhecimento das perdas por desvalorização decorreu, principalmente, de: redução nas projeções de fluxo de caixa, alterações nas condições de mercado, revisão de expectativas econômicas, recuperação de desempenho operacional. A Administração realizou testes de recuperabilidade considerando premissas consistentes com as condições econômicas e financeiras vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando alterações razoavelmente possíveis nas principais premissas. Uma redução nas receitas projetadas em 10% ou aumento na taxa de desconto em 0,5% resultaria em elevação das perdas por impairment reconhecidas em R\$ 43.078 e R\$ 14.557, respectivamente. A Administração entende que as premissas utilizadas são razoáveis e consistentes com as condições econômicas observadas na data-base das demonstrações financeiras.

11 Intangível

A movimentação dos bens do intangível pode ser assim demonstrada:

Controladora

	Taxa média anual de amortização (%)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Saldos em 31/12/2025
<u>Custo</u>										
Softwares (a)		77.842	790	-	78.632	166	(166)	-	8.664	87.296
Marcas e Patentes (b)		113.636	-	-	113.636	-	-	-		113.636
Fundos de comércio (c)		13.515	-	-	13.515	-	-	-		13.515
Intangível em Andamento (e)		-	8.417	-	8.417	4.122	-	-	(8.664)	3.875
Total custo		204.993	9.207	-	214.200	4.288	(166)	-	-	218.322
<u>Amortização</u>										
Amortização Acumulada Softwares	20%	(52.590)	(5.033)	-	(57.623)	(7.259)	-	-	-	(64.882)
Amortização Acumulada Fundos de comércio	5 a 10%	(12.345)	(676)	-	(13.021)	(249)	-	-	-	(13.270)
Total da amortização		(64.935)	(5.709)	-	(70.644)	(7.508)	-	-	-	(78.152)
Total intangível líquido		140.058	3.498	-	143.556	(3.220)	(166)	-	-	140.170

Consolidado

	Taxa média anual de amortização (%)	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Saldos em 31/12/2025
<u>Custo</u>										
Softwares (a)		116.724	1.623	-	118.347	3.503	(3.523)	-	31.486	149.813
Marcas e Patentes (b)		405.649	-	-	405.649	-	-	(82.567)	-	323.082
Fundos de comércio (c)		13.157	-	(300)	12.857	-	(3.200)	-	-	9.657
Goodwill agio (d)		17.696	-	-	17.696	-	-	(17.696)	-	-
Intangível em Andamento (e)		-	15.069	-	15.069	20.292	-	-	(31.486)	3.875
Total custo		553.226	16.692	(300)	569.618	23.795	(6.723)	(100.263)	-	486.427
<u>Amortização</u>										
Amortização Acumulada Softwares	20%	(60.363)	(12.803)	-	(73.166)	(15.783)	21	-	-	(88.928)
Amortização Acumulada Fundos de comércio	5 a 10%	(10.142)	(1.072)	115	(11.099)	(533)	2.610	-	-	(9.022)
Total da amortização		(70.505)	(13.875)	115	(84.265)	(16.316)	2.631	-	-	(97.950)
Total intangível líquido		482.721	2.817	(185)	485.353	7.479	(4.092)	(100.263)	-	388.477

(a) Refere-se, principalmente, ao projeto de aperfeiçoamento dos processos da cadeia de abastecimento e gestão comercial da CVLB Brasil S.A., Casa & Vídeo S.A. e projetos digitais.

- (b) Corresponde a marca adquirida de terceiros em 2010, nos termos do Plano de Recuperação Judicial executado à época. Através desse contrato, a Companhia passou a ser a única proprietária da marca “Casa & Vídeo” que possui prazo de vida útil indefinida, no montante de R\$ 113.636. Foi identificada e reconhecida a marca Le Biscuit no montante de R\$ 292.013 e classificada como um intangível de vida útil indefinida. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo das marcas foram as seguintes: método *relief-from-royalty*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de *royalties* estimados que deverão ser evitados como resultado da marca adquirida. Em 31 de dezembro de 2025, com base nas análises efetuadas pela administração foi reconhecida perda por não recuperabilidade (“impairment”) no montante de R\$ 82.567.

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis foi realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando projeções de receitas futuras associadas ao uso contínuo dos ativos, aprovadas pela Administração e fundamentadas no desempenho histórico e expectativas de mercado. As principais premissas utilizadas incluíram:

- Taxa de royalties de 3,80%, aplicada sobre as receitas projetadas, refletindo a capacidade estimada de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos.

- Taxa de desconto de 18,02%, calculada com base no custo médio ponderado de capital (WACC) da Companhia e nos riscos específicos relacionados aos ativos avaliados. As estimativas também consideraram dados internos e externos disponíveis na data-base da avaliação, incluindo perspectivas de crescimento, rentabilidade e condições econômicas do setor de atuação.

Uma redução nas receitas projetadas em 10% ou aumento na taxa de desconto em 0,5% resultaria em elevação das perdas por impairment reconhecidas para marca em R\$ 20.944 e R\$ 8.233, respectivamente.

- (c) Os valores registrados como Fundos de Comércio são amortizados de acordo com o prazo dos contratos de locação dos imóveis
- (d) Em dezembro de 2025, com base na alocação das perdas por impairment aos ativos no escopo do IAS 36, foi reconhecida perda por não recuperabilidade (“impairment”) no montante total do ágio de R\$ 17.696. Conforme requerido pela norma, a primeira etapa da alocação consiste na redução do valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) alocado à respectiva Unidade Geradora de Caixa (“UGC”). O reconhecimento dessas perdas decorreu, principalmente, da revisão das projeções de resultados e fluxos de caixa futuros, bem como de alterações nas condições econômicas e de mercado observadas no período, que impactaram as estimativas de recuperabilidade dos ativos.
- (e) O valor recuperável dos ativos foi determinado com base no valor em uso, mediante a utilização do método do fluxo de caixa descontado, suportado por projeções financeiras aprovadas pela Administração. As principais premissas consideradas incluíram projeções de receitas em base à projeção de inflação e crescimento, quando aplicável e taxa de desconto de 18,02% ao ano (18,00% no exercício anterior), compatível com os riscos específicos dos ativos e do setor. Não houve alteração na forma de identificação ou agregação das UGCs em relação ao exercício anterior.
- (f) Em 31 de dezembro de 2025, intangível em andamento referem-se basicamente aos projetos de Desenvolvimento TI, Processo de Automação Digital.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	430.182	421.959	897.078	761.630
Mercado externo	-	-	16.028	41.979
Contas a pagar partes relacionadas (NE 26)	172.698	104.768	-	-
(-) Ajuste a valor presente fornecedores	(17.508)	(18.930)	(67.283)	(55.242)
	585.372	507.797	845.823	748.367

Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias, foram trazidas a valor presente considerando os prazos médios de pagamento e estocagem das referidas

transações, utilizando-se a taxa média de 2,14% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (1,96% a.m., em 31 de dezembro de 2024), referente ao custo financeiro para as transações nos respectivos exercícios. O reconhecimento inicial do ajuste a valor presente de compras é registrado nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques, na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”.

13 Obrigações com compras de mercadorias

A Empresa, em conformidade com as revisões à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que detalham as particularidades dos acordos de financiamento com fornecedores, divulga separadamente dos compromissos com Fornecedores os montantes referentes às transações de obrigações com compra de mercadorias (risco sacado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno (a)	47.995	68.514	74.846	120.175
	47.995	68.514	74.846	120.175

- (a) O prazo médio das operações de obrigações com compras de mercadorias (Risco Sacado) é 15 dias superior ao prazo médio de fornecedores comparáveis (17 dias em 31 de dezembro de 2024). Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras à uma taxa média de 2,02 % a.m (1,68% em 31 de dezembro de 2024). Quando essas operações resultam em um aumento de prazo médio de pagamento, a Companhia absorve os encargos financeiros dessa obrigação. Nos demais casos, os encargos financeiros são absorvidos pelos fornecedores. Devido as características de negociação comercial, a Companhia não auferir receitas financeiras significativas nesta operação.

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade e Instituição financeira	Notas	Encargos médios	Vencimento	Controladora	
				31/12/2025	31/12/2024
Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários		IPCA+ 7,36% a.a.	ago-27	63.774	94.844
Investimento - BNDES		CDI + 1,04% a.a.	nov-31	42.992	50.304
Capital de giro - Banco BBM		CDI + 2,76% a.a.	out-25	-	3.660
Capital de giro - Bradesco		CDI + 2,50% a.a.	mar-27	-	75.249
Capital de giro - Bradesco		CDI + 3,00% a.a.	jun-28	52.887	-
11ª emissão Notas Comerciais Polo Capital	26	CDI + 3,20% a.a.	mai-27	17.919	-
Total				177.572	224.057
(-) Custos de transação				(1.851)	(1.180)
Total				175.721	222.877
Circulante				175.721	79.639
Não circulante (b)				-	143.238

Os contratos de empréstimos e demais instrumentos financeiros da Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento de determinados indicadores financeiros.

Modalidade e Instituição financeira	Notas	Encargos médios	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Investimento - Certificados de Recebíveis Imobiliários		IPCA+ 7,36% a.a.	ago-27	63.774	94.844
Investimento - BNB		IPCA + 2,90% a.a.	jun-30	67.609	80.728
Capital de giro - Bradesco		CDI + 2,50% a.a.	mar-27	-	75.249
Investimento - BNDES		CDI + 1,04% a.a.	nov-31	42.993	50.305
Capital de giro - Santander 4131		CDI + 2,72% a.a.	jun-27	12.103	18.132
Capital de giro - Santander 4131		CDI + 2,70% a.a.	jun-27	21.516	32.234
Capital de giro - BTG (a)		CDI + 4,15% a.a.	jan-27	17.537	25.046
Capital de giro - Banco BNB CCB		CDI + 4,8% a.a.	jan-26	1.667	11.815
Capital de giro - Itaú CCB		CDI + 3,15% a.a.	dez-26	7.848	14.115
Capital de giro - Banco BNB CCB		CDI + 5,54% a.a.	nov-25	-	5.205
Capital de giro - Banco BBM FGI		CDI + 4% a.a.	out-25	-	8.496
Capital de giro - Banco ABC FGI		CDI + 4,15% a.a.	set-25	-	3.848
Capital de giro - Itaú CCB		CDI + 3,77% a.a.	dez-26	3.969	7.152
Capital de giro - Banco ALFA FGI		CDI + 4% a.a.	out-25	-	5.941
Capital de giro - Itaú FGI		CDI + 9,0% a.a.	jan-25	-	290
Capital de giro - Banco BBM		CDI + 2,76% a.a.	out-25	-	3.660
11ª emissão Notas Comerciais Polo Capital	26	CDI + 3,20% a.a.	mai-27	17.919	-
Capital de giro - CEF		CDI + 3,16% a.a.	set-27	-	30.018
Capital de giro - CEF		CDI + 3,04% a.a.	mar-29	18.584	-
Capital de giro - CEF		CDI + 3,04% a.a.	jun-29	60.040	-
Notas Comerciais C6 Bank		CDI + 4,89% a.a.	set-26	-	8.820
Capital de giro - Bradesco		CDI + 3,00% a.a.	jun-28	52.887	-
Capital de giro - Banco BNB		CDI + 4,53% a.a.	jun-28	32.991	-
Capital de giro - CEF 0000018-40		CDI + 3,04% a.a.	set-29	42.244	-
Total				463.681	475.898
(-) Custos de transação				(7.451)	(3.961)
Total				456.230	471.937
Circulante				456.230	173.349
Não circulante (b)				-	298.588

- (a) A Companhia celebrou o 4º aditamento ao Contrato de Fiança firmado com o Banco BTG Pactual S.A., mantendo como garantias a cessão de 30% dos recebíveis provenientes de operações com cartões de crédito (NE 6) e 70% do estoque de produtos (NE 7), relativos ao montante de R\$ 31.141.

Os empréstimos destinados ao capital de giro desempenham o papel essencial de atender às demandas de liquidez da Companhia e suas subsidiárias durante suas operações.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos foi a seguinte:

		Controladora		
		Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2023		98.543	162.020	260.563
Captações		38.333	66.667	105.000
Juros provisionados		33.749		33.749
Variação cambial		(1.663)	4.665	3.002
Custos de transação apropriados		762		762
Pagamento de custo de transação		-	(1.615)	(1.615)
Amortizações de principal		(150.891)		(150.891)
Amortizações de juros		(27.693)		(27.693)
Transferências		88.499	(88.499)	-
Em 31 de Dezembro de 2024		79.639	143.238	222.877

		Controladora		
		Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2024		79.639	143.238	222.877
Captações		229.209	10.400	239.609
Juros provisionados		34.117		34.117
Custos de transação apropriados		3.351		3.351
Pagamento de custo de transação		(2.643)	(1.772)	(4.415)
Amortizações de principal		(277.635)		(277.635)
Amortizações de juros		(42.183)		(42.183)
Transferências		151.866	(151.866)	-
Em 31 de Dezembro de 2025		175.721	-	175.721

		Consolidado		
		Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2023		169.201	361.467	530.668
Captações		128.333	66.667	195.000
Aquisição CVLB				-
Juros provisionados		65.125		65.125
Variação cambial		(1.663)	4.665	3.002
Custos de transação apropriados		1.654		1.654
Pagamento de custo de transação		-	(2.572)	(2.572)
Amortizações de principal		(212.093)	(46.933)	(259.026)
Amortizações de juros		(61.914)		(61.914)
Transferências		84.706	(84.706)	-
Em 31 de Dezembro de 2024		173.349	298.588	471.937

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2024	173.349	298.588	471.937
Captações	351.853	49.256	401.109
Juros provisionados	71.540	-	71.540
Custos de transação apropriados	6.446	-	6.446
Pagamento de custo de transação	(4.105)	(6.865)	(10.970)
Amortizações de principal	(402.430)	-	(402.430)
Amortizações de juros	(81.402)	-	(81.402)
Transferências	340.979	(340.979)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	456.230	-	456.230

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida, mensuradas anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro, (“Covenants”) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras previsões, a manutenção do índice financeiro dívida líquida/EBTIDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2025 em decorrência do plano de reestruturação operacional e financeira implementado (vide nota explicativa 1 Continuidade Operacional), foi caracterizado evento de inadimplemento contratual, incluindo cláusulas de vencimento antecipado independentemente da apuração dos índices financeiros. Sem direito de diferir a liquidação por mais de 12 meses e com covenants descumpridos, as dívidas foram reclassificadas para o curto prazo.

15 Debêntures

Instituição financeira	Modalidade	Encargos médios	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	Debêntures – 3ª emissão	CDI + 3,71% a.a.	25/05/2028	72.640	95.247
Virgo Companhia de Securitização	Debêntures – 4ª emissão	IPCA + 7,16% a.a.	19/07/2033	63.324	69.531
Oliveira Trust	Debêntures – 5ª emissão	CDI + 3,6% a.a.	27/03/2026	-	20.024
Citibank	Debêntures – 6ª emissão	CDI + 3,6% a.a.	22/03/2027	-	75.208
Citibank	Debêntures – 7ª emissão	CDI + 3,0% a.a.	30/06/2028	52.887	-
Oliveira Trust	Debêntures – 8ª emissão	CDI + 4,0% a.a.	23/08/2027	20.085	-
Total				208.936	260.010
(-) Custos de transação				(10.661)	(8.604)
				198.275	251.406
Circulante				198.275	99.879
Não circulante				-	151.527

A movimentação das debêntures da Investida foi a seguinte:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2023	17.702	158.206	175.908
Aquisição CVLB	28.333	66.667	95.000
Juros provisionados	30.027	-	30.027
Variação cambial			-
Custos de transação apropriados	536	(3.505)	(2.969)
Pagamento de custo de transação		(2.816)	(2.816)
Amortizações de principal	(17.301)		(17.301)
Amortizações de juros	(26.443)		(26.443)
Transferências	67.025	(67.025)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	99.879	151.527	251.406

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2024	99.879	151.527	251.406
Captações	52.500	20.000	72.500
Juros provisionados	34.156		34.156
Variação cambial			-
Custos de transação apropriados	3.052	(5.289)	(2.237)
Pagamento de custo de transação	(274)	(5.387)	(5.661)
Amortizações de principal	(121.739)		(121.739)
Amortizações de juros	(30.150)		(30.150)
Transferências	160.851	(160.851)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	198.275	-	198.275

Os custos apropriados no resultado da transação relacionados com emissão de debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.661.

Em decorrência do não atendimento dos covenants contratuais associados às debêntures, a Companhia procedeu à reclassificação do saldo anteriormente registrado no passivo não circulante para o passivo circulante. Tal reclassificação reflete o direito dos credores de exigir a liquidação antecipada das obrigações, conforme previsto nos termos contratuais.

16 Direitos de uso e passivo de arrendamento

O Grupo CVLB Brasil S.A. possui contratos de arrendamento de suas lojas e dos seus dois centros de distribuição. A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

Controladora			
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2023	103.046	190.169	293.215
Juros do exercício	31.588	-	31.588
Adição por novos contratos	11.206	50.618	61.824
Contraprestações pagas – principal	(98.573)	-	(98.573)
Contraprestações pagas – juros	(24.827)	-	(24.827)
Descontos nas contraprestações	(6.578)	-	(6.578)
Baixa de arrendamentos	(10.002)	-	(10.002)
Reajustes	10.040	31.665	41.705
Transferências	72.673	(72.673)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	88.573	199.779	288.352

Controladora			
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2024	88.573	199.779	288.352
Juros do exercício	53.536	-	53.536
Adição por novos contratos	6.039	35.712	41.751
Contraprestações pagas – principal	(88.825)	-	(88.825)
Contraprestações pagas – juros	(36.141)	-	(36.141)
Descontos nas contraprestações	(7.003)	-	(7.003)
Baixa de arrendamentos	(4.423)	(13.220)	(17.643)
Reajustes (a)	70.286	100.224	170.510
Transferências	3.217	(3.217)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	85.259	319.278	404.537

Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2023	145.937	393.889	539.826
Juros do exercício	49.349	-	49.349
Adição por novos contratos	13.822	65.181	79.003
Contraprestações pagas – principal	(131.653)	-	(131.653)
Contraprestações pagas – juros	(58.553)	-	(58.553)
Descontos nas contraprestações	(8.456)	-	(8.456)
Baixa de arrendamentos	(17.056)	(16.077)	(33.133)
Reajustes	3.584	36.792	40.376
Transferências	130.539	(130.539)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	127.513	349.246	476.759

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2024	127.513	349.246	476.759
Juros do exercício	84.736	-	84.736
Adição por novos contratos	6.372	36.544	42.916
Contraprestações pagas – principal	(125.747)	-	(125.747)
Contraprestações pagas – juros	(62.778)	-	(62.778)
Descontos nas contraprestações	(8.336)	-	(8.336)
Baixa de arrendamentos	(8.735)	(23.769)	(32.504)
Reajustes (a)	84.238	102.797	187.035
Transferências	26.590	(26.590)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	123.853	438.228	562.081

(a) O reajuste foi impactado pela remensuração por ajustes de parcelas e prazos de diversos contratos.

Segue abaixo a análise de maturidade dos contratos/prestações não descontadas, conciliadas com os saldos de longo prazo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2027	112.216	164.184
2028	92.072	129.561
2029	86.106	111.966
2030	51.774	71.439
2031	20.879	36.929
2032 a 2042	21.954	32.513
Valores não descontados	385.001	546.592
Juros embutidos	(65.723)	(108.364)
Total	319.278	438.228

A movimentação de saldos do ativo direito de uso está evidenciada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2023	275.554	491.748
Adição por novos contratos	61.825	79.003
Atualizações	41.705	40.375
Baixa de arrendamentos	(10.002)	(33.133)
Despesa de amortização no exercício	(95.116)	(126.719)
Em 31 de Dezembro de 2024	273.966	451.274

	Controladora	Consolidado
Em 31 de Dezembro de 2024	273.966	451.274
Adição por novos contratos	41.751	42.916
Ajuste por remensuração	170.510	187.035
Baixa de arrendamentos	(16.730)	(28.316)
Impairment	(10.571)	(36.592)
Despesa de amortização no exercício	(93.833)	(133.908)
Em 31 de Dezembro de 2025	365.093	482.409

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia definiu encerrar 47 lojas, cujos fechamentos ocorreram no início de 2026. Desse total, 26 lojas já possuíam comunicação formal de descontinuidade encaminhada aos respectivos arrendadores até o encerramento do exercício de 2025, enquanto 21 lojas tiveram seus ativos submetidos ao teste de recuperabilidade, resultando no reconhecimento de perda por impairment em 2026. Em decorrência desses eventos, foi contabilizado o montante de R\$ 10.571 na controladora e R\$ 36.592 no consolidado referentes ao reconhecimento de perda por impairment, e R\$ 16.730 na controladora e R\$ 28.316 no consolidado referentes à baixa de ativos relacionadas ao encerramento das lojas.

A Companhia procedeu à baixa dos ativos de direito de uso relacionados aos contratos de arrendamento, em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, sendo que essas baixas foram reconhecidas no resultado como provisão de impairment. Para as 26 lojas cujos arrendadores foram formalmente notificados ainda em 2025, os passivos de arrendamento correspondentes foram integralmente baixados, uma vez que, contratualmente, a notificação é suficiente para extinguir a obrigação, não subsistindo responsabilidade futura para a Companhia. Para as demais 21 unidades, cujos arrendadores ainda não haviam sido notificados até o encerramento de 2025, os passivos de arrendamento permaneceram registrados em 2025.

Taxa de descontos

O grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade e características do contrato de arrendamento.

A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo	Taxa média de desconto
De 2 a 3 anos	11,68%
De 4 a 5 anos	10,99%
Acima de 6 anos	11,04%

17 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos, relacionados a matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados e conforme opinião de seus consultores legais, a Companhia constituiu provisão para contingências para fazer face às eventuais demandas de perda provável conforme demonstrado a seguir:

Controladora								
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Cível	1.679	298	(471)	1.506	1.506	-	(60)	1.446
Trabalhistas	9.953	298	(735)	9.516	9.516	15	(539)	8.992
Tributária	8.546	1.770	(2.556)	7.760	7.760	-	(1.422)	6.338
	20.178	2.366	(3.762)	18.782	18.782	15	(2.021)	16.776

Consolidado								
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Cível	2.182	545	(687)	2.040	2.040	25	(60)	2.005
Trabalhistas	8.109	468	(2.869)	5.708	5.708	22	(609)	5.121
Tributária	60.659	3.343	(17.780)	46.222	46.222	479	(30.709)	15.992
	70.950	4.356	(21.336)	53.970	53.970	526	(31.378)	23.118

Tributárias

A Companhia possui provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 6.338 na controladora e R\$ 15.992 no consolidado (31 de dezembro de 2024 - R\$ 7.760 na controladora e R\$ 46.222 no consolidado) para cobrir supostos riscos tributários, baseada na expectativa de perda conforme opinião de consultores legais. E o processo mais relevante refere-se a:

- Processo judicial nº 15588-720.924/2021-82: Sobre autos de infração lavrados para cobrança de PIS/COFINS e multa regulamentar referente aos anos calendários de 2017 e 2018, considerando as glosas dos créditos aproveitados pela empresa, R\$ 4.743.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de contingências tributárias apresentou redução em decorrência da revisão do prognóstico do processo tributário nº 15588-720.924/2021-82, motivada por recente decisão do CARF, que resultou na reavaliação da probabilidade de perda do processo.

Em 2023, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pela manutenção da tributação do diferencial de alíquota (DIFAL) durante o período em que não havia legislação específica para regulação da matéria, reformulando a decisão anterior que concedia a não tributação, por este motivo a Casa & Vídeo Brasil S.A. estornou o crédito no valor de R\$ 6.313 com impacto direto em resultado e atualização financeira no valor de R\$ 4.775 com impacto no resultado financeiro.

Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cíveis. Nenhuma dessas ações refere-se a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de supostas horas extras, verbas rescisórias, danos morais, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, as contingências trabalhistas e cíveis, com probabilidade de perda provável, totalizam na controladora R\$ 4.298 e R\$ 1.446, respectivamente, e no consolidado R\$ 5.121 e R\$ 2.005 (31 de dezembro de 2024 – na controladora R\$ 4.822 e R\$ 1.506, respectivamente, e no consolidado, R\$ 5.708 e R\$ 2.040, respectivamente).

Causas de prognóstico de perda possível

Adicionalmente, a Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como de probabilidade de perdas possível, portanto, não provisionadas. Neste cenário considera-se como possível também os processos que tiveram o ajuizamento e até o presente momento e não foram sentenciados. Para estes casos, considera-se o valor da causa atribuído pelo Autor. Os processos classificados como possíveis totalizam um montante, em 31 de dezembro de 2025, na controladora de R\$ 44.186 e no consolidado de R\$ 152.996 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 47.488 controladora e R\$ 131.665 consolidado). E o processo mais relevante refere-se a:

- Processo judicial nº 15588-720.847/2023-22: Sobre autos de infração lavrados para cobrança de PIS/COFINS e multa regulamentar referente aos anos calendários de 2019 e 2020, considerando as glosas dos créditos aproveitados na controladora cuja perda possível corresponde a R\$ 54.832 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 54.832).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui depósitos judiciais relativos a causas fiscais e trabalhistas no montante de R\$ 37.876 na controladora e R\$ 42.883 no consolidado (31 de dezembro de 2024 – R\$ 53.085 na controladora e R\$ 58.082 no consolidado).

18 Obrigações Fiscais

Obrigações fiscais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	185.479	54.039	219.227	63.870
PIS e COFINS	27	139	146	1.156
ISS	523	721	340	609
INSS	45	221	122	630
Parcelamentos fiscais (b)	119.405	115.441	147.897	126.649
Outras obrigações fiscais	2.405	1.307	13.715	14.427
	307.884	171.868	381.447	207.341
Circulante	292.123	132.390	337.081	161.149
Não Circulante	15.761	39.478	44.366	46.192

- (a) A partir de 2024, a Companhia adotou uma estratégia de parcelamento do ICMS, resultando em um aumento nessa rubrica. A medida visou otimizar o fluxo de caixa, distribuindo o impacto financeiro ao longo do tempo, aguardando homologação do fisco.
- (b) Como parte da estratégia de otimização do fluxo de caixa, a Companhia aguarda a homologação de processo de reparcimento visando redistribuir o impacto financeiro.

19 Patrimônio líquido

Em vista a combinação de negócios ocorrida em 28 de abril de 2023, a totalidade das ações de emissão da Casa & Vídeo foram incorporadas pela CVLB Brasil S.A. (anteriormente denominada Le Biscuit). Com a transação, a Casa & Vídeo tornou-se subsidiária integral da CVLB Brasil S.A., atribuindo-se diretamente ao acionista da Casa & Vídeo 74,97% das ações ordinárias de emissão da CVLB Brasil S.A., e consequentemente o controle da Companhia.

A transação de combinação de negócios foi considerada pela Administração, com base no IFRS 3/CPC 15, uma aquisição reversa. Dessa forma, embora a Casa & Vídeo seja considerada como a adquirente contábil (apesar de ser a empresa adquirida legalmente) e a Le Biscuit S.A. (atual CVLB Brasil S.A.) considerada como a adquirida contábil (apesar de ser a adquirente legalmente), as demonstrações financeiras foram preparadas sob o nome da adquirente legal (CVLB Brasil S.A.), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente contábil (Casa & Vídeo Brasil S.A.).

Consequentemente, o patrimônio líquido (lucros/prejuízos retidos e outros saldos contábeis) em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 reflete a continuação das demonstrações financeiras da Casa & Vídeo.

a. Capital social

O capital social da Companhia reflete, economicamente, o capital social da adquirente contábil (Casa & Vídeo) em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 114.056. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é impactado pela aquisição da Le Biscuit (atual CVLB Brasil S.A.), incremento no valor de R\$ 489.795, correspondente ao valor da contraprestação transferida para aquisição da Le Biscuit, conforme determinado pela IFRS 3 /CPC 15. No entanto, a legislação brasileira requer que o capital social subscrito corresponda ao valor do capital social legal, ou seja, reconhecido e aprovado através dos atos legais necessários.

Consequentemente, para melhor adequar a divulgação e apresentação das demonstrações financeiras a administração reconheceu no capital social da Companhia o montante de R\$ 555.166, como impacto da transação de aquisição de negócios, refletindo o capital social da Le Biscuit antes da aquisição. Adicionalmente, o valor negativo de R\$ 65.371 foi reconhecido em conta de reserva no patrimônio líquido, de forma que o impacto da transação correspondesse ao valor justo da contraprestação transferida, ou seja, R\$ 489.795.

O capital social da Companhia em termos legais (tipo e quantidade de ações) deve refletir a estrutura legal do capital social da adquirente legal (CVLB Brasil S.A.). Consequentemente, a estrutura de capital (tipo e quantidade de ações) da adquirente contábil (Casa & Vídeo) é restabelecida utilizando a relação de troca (relação de substituição de ações) estabelecida no acordo de aquisição, para refletir o tipo e número de ações da controladora legal (CVLB Brasil S.A.).

Em 30 de setembro de 2025, a companhia recebeu um aporte de capital conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 08/05/2025, no montante de R\$ 90.042, com o objetivo de ajustar a estrutura de dívida da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias	163.627.024	125.911.213

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado. Após esse limite as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorção de prejuízos.

c. Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 0,1% sobre o lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não auferiu lucros e não distribuiu dividendos.

d. Plano de incentivo de longo prazo

O plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações virtuais por desempenho foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 11 de dezembro de 2023. Atualmente, estão em vigor os contratos de outorga firmados em 2023.

As ações virtuais outorgadas somente poderão ser exercidas a partir do momento de finalização do período de carência, em conformidade com a apuração do atingimento das metas pré estabelecidas e a curva de desempenho definidas em contratos individuais. Em ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de distribuição de valores mobiliários ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários, no mercado primário, nos termos da ICVM 160), as ações virtuais poderão ser convertidas em ações ordinárias de forma antecipada ao percentual de 50% do volume total de ações definidos nos contratos, considerando as condições de elegibilidade no momento de ocorrência do evento de liquidação, conforme definido no plano.

A liquidação ocorrerá de acordo com cronograma definido nos contratos individuais, bem como a definição do preço a ser calculado após o período de *vesting* seguirá metodologia de valoração descrita a seguir:

- Média de valor de ações de principais companhias de varejo listadas no mercado de capitais já definidas nos contratos individuais, excluindo-se do cálculo da média a ação de maior e menor valor no momento de valoração.
- Aplica-se um desconto de 30% do valor resultante da média calculada.
- O resultado da média, após o desconto, é multiplicado pelo EBITDA do grupo referente ao exercício imediatamente anterior, já deduzido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2024 o efeito do valor justo na emissão de ações como bonificação a administração foi de R\$ 7.715, permanecendo mesmo saldo até data base de 31 de dezembro de 2025.

20 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas de mercadorias	1.645.382	1.802.048	2.621.787	2.813.318
Receita de produtos e serviços financeiros	64.067	64.416	85.162	79.278
Devoluções e descontos incondicionais	(151.079)	(173.515)	(197.530)	(218.035)
	<u>1.558.370</u>	<u>1.692.949</u>	<u>2.509.419</u>	<u>2.674.561</u>
Deduções de vendas				
ICMS	(92.424)	(102.469)	(251.013)	(258.290)
COFINS	(79.888)	(96.349)	(132.168)	(144.797)
PIS	(17.327)	(20.902)	(29.175)	(31.421)
ISS	(2.348)	(2.536)	(3.096)	(2.877)
IPI	-	-	(4.899)	(4.380)
Receita operacional líquida	<u>1.366.383</u>	<u>1.470.693</u>	<u>2.089.068</u>	<u>2.232.796</u>

21 Despesas comerciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por natureza				
Salários e ordenados	(154.893)	(155.774)	(275.458)	(260.332)
Serviços prestados (a)	(26.098)	(26.308)	(49.497)	(47.530)
Propaganda e marketing	(35.052)	(18.247)	(55.134)	(38.910)
Remuneração da administração (NE 26)	(2.866)	(3.758)	(5.732)	(15.231)
Energia elétrica	(14.734)	(15.789)	(26.419)	(27.095)
Taxas de condomínio	(632)	(571)	(13.984)	(6.766)
Outras locações	(4.493)	(5.033)	(7.093)	(5.853)
Frete e armazenagem	(3.504)	(1.271)	(6.706)	(6.696)
Despesas de comercialização	(20.544)	(23.783)	(43.350)	(44.619)
Manutenção e conservação	(3.135)	(3.318)	(17.839)	(15.578)
Provisão de contingências	(9.602)	(9.517)	(11.690)	5.210
Outras despesas administrativas	(14.514)	(9.840)	(5.080)	(5.409)
Provisão para credores duvidosos	-	(1.373)	-	(1.917)
Material de consumo e escritório	(1.145)	(1.502)	(5.206)	(4.685)
Despesas com ocupação	(4.428)	(4.671)	(5.358)	(3.840)
Despesas com importações	-	-	(643)	(594)
Outras despesas comerciais	(73)	(195)	(170)	(420)
Participação dos empregados nos lucros	-	(1.392)	-	(2.358)
	(295.713)	(282.342)	(529.359)	(482.623)
Por função				
Despesas administrativas	(63.415)	(61.581)	(101.763)	(80.043)
Despesas comerciais	(232.298)	(220.761)	(427.596)	(402.580)
	(295.713)	(282.342)	(529.359)	(482.623)

- (a) Refere-se a despesas com contratação de serviços de advocacia, auditoria externa, consultorias, coleta de valores, inventários de estoques, recrutamento e seleção, serviços de informática, vigilância, dentre outros.

22 Depreciação e amortização

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(141.983)	(137.861)	(213.795)	(201.849)
Crédito de PIS e COFINS (a)	7.018	6.814	10.568	9.977
	(134.965)	(131.047)	(203.227)	(191.872)

- (a) Crédito de PIS e COFINS realizado com base no inciso VI do art. 3º das Leis nº 10.833 de 2003 e 10.637 de 2002 que autorizam a pessoa jurídica sujeita à apuração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS pelo regime não-cumulativo, que constituam crédito sobre a depreciação ou amortização de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços.

23 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros recebidos	192	216	759	267
Ajuste a valor presente (b)	24.304	20.224	37.348	30.718
Rendimento aplicação financeira	2.104	3.111	10.432	9.954
Descontos obtidos em arrendamento	7.003	6.578	8.499	8.456
Atualização monetária	16.906	15.510	21.298	28.506
Variação cambial ativa (a)	672	835	2.837	5.641
Outras receitas financeiras	184	174	184	174
	51.365	46.648	81.357	83.716
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, credores de recuperação judicial e impostos	(45.261)	(41.676)	(144.951)	(100.704)
Derivativos	(798)	(8.069)	(720)	(24.573)
Ajuste a valor presente (c)	(64.552)	(49.296)	(150.442)	(101.160)
Juros sobre arrendamento mercantil	(53.536)	(31.588)	(84.736)	(49.349)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(43.056)	(31.091)	(64.084)	(45.118)
Juros sobre antecipação de fornecedores	(16.288)	(10.908)	(16.288)	(10.908)
Comissão sobre fiança	(1.775)	(1.917)	(1.775)	(1.917)
Variação cambial passiva (a)	(4.039)	(647)	(7.734)	(7.943)
Outras despesas financeiras	(11.938)	(10.661)	(25.277)	(17.851)
	(241.243)	(185.853)	(496.007)	(359.523)

- (a) A natureza das transações sujeitas à apuração de variação cambial ativa e passiva na Controladora e Controlada Alterf refere-se às obrigações com compras de mercadorias de fornecedores estrangeiros.
- (b) Valor referente a realização do ajuste a valor presente das vendas a prazo, pelo prazo do parcelamento do cliente.
- (c) Valor referente do ajuste a valor presente de compras a prazo, pelo prazo de pagamento com os fornecedores.

24 Prejuízo por ação

a. Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período, excluindo-se as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Período	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(767.714)	(111.611)
Número de ações em circulação da Casa & Vídeo Brasil S.A.	1.039.381.874	1.039.381.874
Relação de troca ações entre Casa & Vídeo e Le Biscuit	0,09	0,09
Número de ações em circulação durante o exercício	37.715.811	93.705.693
Número de ações em circulação da data de aquisição até o período findo	163.627.024	125.911.213
Média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício	135.070.898	125.463.260
Prejuízo básico e diluído por ação	(5,684)	(0,890)

b. Diluído

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que pudessem provocar diluição.

25 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre alíquotas normais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social e participação em controladas	(793.040)	(100.991)	(574.132)	(100.944)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	269.634	34.337	195.205	34.321
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Adição da equivalência patrimonial	(201.735)	(14.499)	-	-
Exclusão de juros de indêbitos fiscais	5.748	3.382	10.139	3.382
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal	(62.618)	(37.475)	(238.354)	(53.511)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias	14.297	3.635	48.649	5.141
Outras adições e exclusões permanentes, liquidas	-	-	329	-
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada anteriormente e baixado no exercício	-	-	(209.550)	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	25.326	(10.620)	(193.582)	(10.667)
Corrente	-	-	(34)	(47)
Diferido	25.326	(10.620)	(193.548)	(10.620)
Imposto de renda e contribuição social	25.326	(10.620)	(193.582)	(10.667)
Alíquota efetiva	3%	11%	34%	11%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte :

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	Resultado	31/12/2025	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa			-	209.550	(209.550)	-
Provisão para PLR e bônus			-	95	(95)	-
Capitalização de juros			-	(1.078)	1.078	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(986)	986	-	5.803	(5.803)	-
Provisão para fornecedores diversos	-	-	-	4.131	(4.131)	-
Ajuste a Valor Presente	(8.545)	1.225	(7.320)	(7.008)	(312)	(7.320)
Efeito IFRS 16	-	-	-	11.251	(11.251)	-
Depreciação (vida útil contábil x fiscal)	(11.099)	(2.328)	(13.427)	(11.099)	(2.328)	(13.427)
Créditos tributários (líquidos)	(25.434)	25.434	-	(34.028)	34.028	-
Outros (líquidos)	(8)	8	-	(4.815)	4.815	-
Total imposto diferido (líquido)	(46.072)	25.325	(20.747)	172.802	(193.549)	(20.747)

Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido

A controladora e controlada acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade, no entanto, desde de 2023 não reconhece os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada apresentar lucro tributável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2025, os impostos diferidos não constituídos, relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, correspondem a R\$ 116.870 na controladora e R\$ 354.454 no consolidado (31 de dezembro de 2024 – R\$ 51.411 na controladora e R\$ 93.112 no consolidado).

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou o prazo para compensação dos créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas, com base na projeção de lucro tributável futuro. As projeções consideraram premissas econômicas relacionadas à inflação e taxas de juros, bem como estimativas de vendas fundamentadas no crescimento projetado da Companhia.

Adicionalmente, em decorrência da concessão de tutela cautelar relacionada à Companhia, a Administração realizou a baixa do montante de R\$ 209.550 referente aos créditos tributários diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL reconhecidos em exercícios anteriores. A baixa foi registrada no resultado do período, considerando a impossibilidade momentânea de realização desses créditos fiscais nas condições atualmente existentes.

A Administração continuará acompanhando os desdobramentos do processo de recuperação judicial da Companhia, bem como avaliando os impactos futuros relacionados ao eventual reconhecimento e à recuperação desses créditos tributários.

26 Transações com partes relacionadas (controladora)

O fundo Akangatu FIP é controlador da CVLB Brasil S.A., sendo a Polo Capital a gestora desse fundo.

	Ativo / Passivo 31/12/2025	Ativo / Passivo 31/12/2024
Contas a receber		
CVLB Brasil S.A (a)	37.740	76.986
CVLB Brasil S.A (b)	81.742	-
Total Ativo	119.482	76.986
Contas a pagar		
CVLB Brasil S.A (a)	166.674	98.936
CVLB Brasil S.A (b)	-	54.046
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda. (c)	6.024	5.832
Total Contas a pagar	172.698	158.814
Empréstimos		
Polo Capital Fundo de Investimento (d)	17.919	
Total Empréstimos	17.919	-
Total Passivo	190.617	158.814

- a) Valores referente a operações de vendas de mercadorias entre a Casa & Vídeo Brasil S.A. e CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit).
- b) Valores referentes a mútuo entre a Casa & Vídeo Brasil S.A. e CVLB Brasil S.A. (antiga Le biscuit).
- c) Operações de antecipações de seus fornecedores e locação de um imóvel utilizado como um de seus pontos comerciais.
- d) Termo da 11ª (Decima primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais Polo Capital, no valor total da emissão de R\$ 16.000, emitida em 09 de maio de 2025 remunerada em 100% do CDI + 3,20% a.a. e vencimento em 01 de junho de 2027;

	Receita / Despesa 31/12/2025	Receita / Despesa 31/12/2024
Receita operacional líquida		
CVLB Brasil S.A (a)	119.050	97.437
Custo das vendas e serviços prestados		
CVLB Brasil S.A (a)	(119.185)	(97.408)
Receita (despesas) operacionais		
CVTRJ Trading e distribuidora Ltda.	116	116
Juros incorridos s/ empréstimos		
Polo Capital de Investimento	277	941
Total	258	1.086

- a) Valores referentes a operações de venda de mercadorias entre Casa & Vídeo Brasil S.A e CVLB Brasil S.A (antiga Le biscuit)

Remuneração da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração (Presidência, Diretores e Conselheiros) estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do Conselho de Administração	372	372
Honorários e remuneração fixa	4.405	4.990
Pagamentos baseados em ações	-	1.039
Concessões de ações	-	7.715
Encargos sociais	955	1.115
Total	5.732	15.231

27 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos financeiros com o objetivo de manter a continuidade das operações e otimizar a aplicação dos recursos dentro do plano de recuperação extrajudicial. As ações incluem a condução das atividades do negócio, a manutenção e remodelação das lojas existentes, investimentos em tecnologia e suporte ao capital de giro, buscando, ao mesmo tempo, equilibrar os interesses dos credores e preservar o valor para os acionistas.

A gestão de capital da Companhia compreende a contratação de passivos financeiros com instituições financeiras, gestão de recursos em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os passivos, monitorando, entre outros aspectos, o prazo médio de pagamento a fornecedores em relação ao giro médio dos estoques. Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de tentativa de recuperação extrajudicial e, nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas consideradas necessárias para preservar o equilíbrio financeiro e a continuidade das operações.

Condizente com outras Companhias do segmento, a Companhia monitora sua posição financeira com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim resumidos:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos	14	175.721	222.877	456.230	471.937
Debêntures	15	-	-	198.275	251.406
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	(798)	5.702	10.056
Passivo de arrendamento	16	404.537	288.352	562.081	476.759
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações	3 e 4	(20.290)	(152.119)	(123.712)	(277.723)
Divida líquida	A	1.193.335	934.623	2.019.245	1.800.977
Patrimônio líquido		(335.092)	340.358	(335.092)	340.358
Total do capital	B	(335.092)	340.358	(335.092)	340.358
Índice de alavancagem financeira	A / B	-356,12%	274,60%	-602,59%	529,14%

b. Categoria dos instrumentos financeiros

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	4	223	10.589	89.413	131.611
Contas a receber de clientes	6	31.481	6.804	51.550	18.873
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	798	-	798
		51.771	159.721	175.262	297.394
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Fornecedores	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos	14	175.721	222.877	456.230	471.937
Debêntures	15	-	-	198.275	251.406
Passivo de arrendamento	16	404.537	288.352	562.081	476.759
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-	5.702	10.854
		1.213.625	1.087.540	2.142.957	2.079.498

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A política de investimentos da Companhia prevê aplicações financeiras em títulos de bancos de primeira linha e/ou títulos que possuem rating adequado atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2025 a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating.

As vendas da Companhia são 89% transacionadas em dinheiro e cartões de débito ou crédito ou para a sua rede franqueada (3 lojas). O risco de crédito destas operações é considerado baixo, já que tratam-se de transações liquidadas à vista ou através de administradoras de cartões de crédito, que por sua vez, detêm o risco de eventual inadimplência ou mitigado pelas garantias oferecidas pelos franqueados adquirentes das mercadorias.

O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na Nota 6. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perda estimada em crédito de liquidação duvidosa de R\$ 0,00 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.373) na controladora e de R\$ 0,00 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.917) no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por tipo de contraparte era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de cartões de crédito e débito (a)	17.511	964	23.572	12.068
Contas a receber marketplace	5.851	5.179	20.134	5.183
Outros clientes a receber	8.003	796	8.910	1.855
	31.365	6.939	52.616	19.106

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito para investimentos em aplicações financeiras por tipo de contraparte era:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	4	223	10.589	89.413	131.611
		20.290	152.119	123.712	277.723

d. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Adicionalmente a Companhia está exposta a variações de taxas de juros pós-fixados e índice de inflação, como o CDI e IPCA, incidentes sobre aplicações financeiras (ver nota explicativa nº 3), títulos e valores mobiliários (ver nota explicativa nº 4), determinados empréstimos e financiamentos (ver nota explicativa nº 14) e debêntures (ver nota explicativa nº 15). Ver análise de sensibilidade no item (g) desta nota explicativa.

Risco cambial

Trata-se do risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre compromissos em moeda estrangeira (importações). A Companhia utiliza de derivativos conforme descrito na Nota 5, registrados na conta de instrumentos financeiros com o propósito de mitigar riscos de perdas cambiais decorrentes de potenciais oscilações das taxas de câmbio para conversão para a moeda Real (R\$), em consonância com sua política de gerenciamento de risco cambial. Dessa forma, a maior parte do saldo encontra-se coberta por instrumentos de hedge, podendo haver eventual exposição residual não material, compatível com a estratégia de gestão de risco adotada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esse montante representou um resultado financeiro líquido de R\$ 798 na Controladora e resultado financeiro líquido de R\$ 720 no Consolidado (um resultado financeiro líquido de R\$ 8.069 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e R\$ 24.573 no consolidado).

e. Risco de liquidez

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A Administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação (caso existam).

Controladora	Notas	31/12/2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	12	(585.372)	(550.681)	(26.276)	(3.404)	(5.009)	(1)	-
Obrigações com compras de mercadorias	13	(47.995)	(47.995)	-	-	-	-	-
Empréstimos	14	(177.572)	(177.572)	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	16	(506.005)	(28.716)	(28.706)	(63.582)	(112.216)	(229.952)	(42.833)
Total		(1.316.944)	(804.964)	(54.982)	(66.986)	(117.225)	(229.953)	(42.833)

Consolidado	Notas	31/12/2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	12	(845.823)	(734.237)	(76.223)	(7.223)	(24.047)	(4.092)	-
Obrigações com compras de mercadorias	13	(74.846)	(73.094)	(1.752)	-	-	-	-
Empréstimos	14	(463.681)	(463.681)	-	-	-	-	-
Debêntures	15	(208.936)	(208.936)	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	16	(729.306)	(43.986)	(43.976)	(94.122)	(164.387)	(313.290)	(69.545)
Total		(2.322.591)	(1.523.934)	(121.950)	(101.345)	(188.434)	(317.382)	(69.545)

f. Análise de sensibilidade das variações no CDI, IPCA e USD

A Administração gerencia a eventual exposição a oscilações de taxas de juros através de sua gestão de fluxo de caixa. A oscilação da taxa de câmbio tem impacto sobre os empréstimos e financiamentos, embora estejam protegidos por instrumentos financeiros derivativos de hedge, em consonância com sua política de gerenciamento de riscos (conforme item f).

No quadro abaixo, são considerados cinco cenários para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com melhora de 25% da variável do risco considerado, (iii) cenário com melhora de 50% da variável do risco considerado, (iv) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (v) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da Companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Risco taxa de juros e cambio

Controladora							
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo Contábil	Saldos em 31/12/2025	Taxa	Cenário provável	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
Empréstimos CP	Alta CDI	(172.641)	(172.641)	CDI (i)	(23.376)	(29.219)	(35.063)
Empréstimos CP	Alta Dolar	(3.080)	(606)	Dolar	(3.333)	(4.166)	(5.000)
Aplicações Financeiras (ii)	Alta CDI	20.290	20.290	CDI (i)	2.489	3.262	3.915
Exposição líquida /Efeito resultado		(155.431)			(24.220)	(30.123)	(36.148)
IR/CS					8.235	10.242	12.290
Efeito no resultado líquido de IR/CS					(15.985)	(19.881)	(23.858)

Consolidado							
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo Contábil	Saldos em 31/12/2025	Taxa	Cenário provável	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
Debênture CP	Alta IPCA	(21.294)	(21.294)	IPCA (iii)	(862)	(1.078)	(1.294)
Empréstimos CP	Alta CDI	(453.150)	(453.150)	CDI (i)	(61.356)	(76.696)	(92.035)
Empréstimos CP	Alta Dolar	(3.080)	(606)	Dolar	(3.333)	(4.166)	(5.000)
Instrumentos Derivativos Passivos	Alta CDI	(752)	(752)	CDI (i)	(92)	(121)	(145)
Aplicações Financeiras (ii)	Alta CDI	123.712	123.712	CDI (i)	15.173	19.891	23.870
Exposição líquida /Efeito resultado		(354.564)			(50.470)	(62.170)	(74.604)

- (i) Cenário de juros CDI obtido com base nas taxas referenciais B3;
- (ii) Cenário de aplicação financeira considera um rendimento médio de 95% da CDI;
- (iii) Cenário do IPCA obtido com base no relatório FOCUS do BACEN.

g. Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados a valor justo e são calculados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de *swap*, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária

relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps* de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de *credit default swaps* ou preços atuais de títulos negociados.

		Hierarquia de valor justo	Notas	Controladora		Consolidado	
Classificação por categoria				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Custo amortizado	-	3	20.067	141.530	34.299	146.112
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	-	4	223	10.589	89.413	131.611
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	6	31.481	6.804	51.550	18.873
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5	-	798	-	798
				51.771	159.721	175.262	297.394
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	12	585.372	507.797	845.823	748.367
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias	Custo amortizado	-	13	47.995	68.514	74.846	120.175
Empréstimos e financiamentos (i)	Custo amortizado	-	14	175.721	222.877	456.230	471.937
Debêntures	Custo amortizado	-	15	-	-	198.275	251.406
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	16	404.537	288.352	562.081	476.759
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5	-	-	5.702	10.854
				1.213.625	1.087.540	2.142.957	2.079.498

- i) Os empréstimos com derivativos associados para proteção de juros e tratados como “*hedge accounting* a valor justo” são mensurados a valor justo.

28 Informações por segmentos de negócios

Base para segmentação

O Grupo possui a divisão estratégica varejo, que é seu único segmento reportável.

Como forma de gerenciar seu negócio, no âmbito financeiro e operacional, a diretoria classifica seu negócio como um único segmento operacional reportável, Varejo.

Com a conclusão da aquisição da CVLB, em 28 de abril de 2023, a Administração reavaliou se haveria a necessidade de novas divisões estratégicas e concluiu que as tomadas de decisões permaneciam sobre apenas um segmento operacional reportável, conforme abaixo:

Varejo: a CVLB opera no comércio varejista, na comercialização de suas mercadorias através de lojas físicas, e de forma integrada com seus canais digitais (inclusive plataforma *e-commerce*).

A Diretoria Executiva da Companhia revisa os relatórios gerenciais internos desse segmento mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes principais informações financeiras por segmento operacional reportável:

a. Segmento Reportável - Demonstração do resultado

	Varejo	Total Consolidado
	31/12/2025	
Receita líquida com venda de produtos e serviços	2.089.068	2.089.068
Custo das vendas e serviços prestados	(1.314.877)	(1.314.877)
Lucro Bruto	774.191	774.191
Receita (despesas) operacionais	(1.348.323)	(1.348.323)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(574.132)	(574.132)

b. Segmentos Geográficos

A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes.

	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	Total Consolidado
	31/12/2025			
Receita líquida com venda de produtos e serviços	672.332	56.571	1.360.165	2.089.068
Custo das vendas e serviços prestados	(333.463)	(32.717)	(948.696)	(1.314.877)
Lucro Bruto	338.869	23.853	411.469	774.191
Receita (despesas) operacionais	(457.854)	(41.572)	(848.897)	(1.348.323)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.985)	(17.719)	(437.429)	(574.132)

	CENTRO- OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	Total Consolidado
					31/12/2024
Receita líquida com venda de produtos e serviços	4.241	718.589	60.463	1.449.503	2.232.796
Custo das vendas e serviços prestados	(2.921)	(347.900)	(34.134)	(986.848)	(1.371.803)
Lucro Bruto	1.320	370.689	26.329	462.655	860.993
Receita (despesas) operacionais	(5.861)	(326.648)	(29.659)	(599.770)	(961.937)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.540)	44.041	(3.330)	(137.115)	(100.944)

Com a aquisição da CVLB Brasil S.A. (antiga Le Biscuit) a Companhia passou a ter presença marcante com 109 lojas nas regiões Norte e Nordeste.

29 Demonstrações de fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adições de novos contratos de IFRS 16	41.751	61.825	42.916	79.004
Reajustes contratos de IFRS 16	170.510	-	187.035	-
Aporte de Capital	95.938	-	-	-

30 Eventos subsequentes

(a) Pedido de recuperação judicial

A Companhia encontra-se em processo de reestruturação financeira, conduzido pelo plano de recuperação judicial e implementando medidas operacionais e financeiras voltadas à preservação da liquidez e continuidade operacional. Em 28 de abril de 2026, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, visando ampliar a estabilidade jurídica do processo de reestruturação, incluindo previsão de captação de até R\$ 75 milhões via DIP Financing, sujeito à aprovação judicial. Paralelamente, foram adotadas iniciativas de otimização operacional, racionalização de despesas, revisão do portfólio de unidades, gestão rigorosa de caixa e elaboração de projeções financeiras, com suporte de assessores especializados. A Administração entende que tais medidas contribuem para a preservação da liquidez e da continuidade das operações, que seguem normalmente nos canais físicos e digitais.

(b) Novas captações

Em 20 de março de 2026 a Companhia concretizou a emissão de sua cédula de crédito bancário junto ao Banco Guanabara com valor nominal de R\$ 6.999.615,87 com prazo de 1096 dias contados da data de emissão, com taxa de juros de 0,41% a.m e 5,0325% a.a, indexador de 100% CDI-CETIP, encargos pós fixados, CET de 7,25% a.a e vencimento 20 de março de 2029.

* * *

Ivo Benderoth
Presidente
CPF nº 776.875.905-20

Tiago de Oliveira Nascimento
Diretor Financeiro
CPF nº 108.155.517-38

Érica de Almeida Fontes Augusto
Contadora
CRC RJ 089846/O-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, os diretores da CVLB Brasil S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

Ivo Benderoth

Diretor Presidente

Tiago de Oliveira Nascimento

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, os diretores da CVLB Brasil S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026

Ivo Benderoth

Diretor Presidente

Tiago de Oliveira Nascimento

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores